



Anais da Assembléia

69

CURITIBA, SEGUNDA, EM 22 DE JUNHO DE 1987.

ANO XIII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 57.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 1987
SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Eduardo Baggio, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e Nilton Barbosa.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acir Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Brondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulo Furiatti, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (50). Achando-se ausentes os Senhores Deputados: Djalma de Almeida César, Paulino José Delazeri e Pedro Tonelli (03). Achando-se em licença Senhora Deputada Ironi Pugliesi (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM N. 54/87

Curitiba, 17 de junho de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência e submeter à elevada consideração dos Membros desse nobre Poder, o incluso anteprojeto de lei, que estabelece limites autorizativos para contratação de empréstimos, obtenção de financiamentos internos pelo Tesouro Estadual e para concessão de garantias e prestações de aval ou fiança a operações contratadas pela Administração Indireta Estadual.

O entendimento que orienta esta solicitação é de que os recursos obtidos por intermédio da contratação de operações de crédito devem necessariamente, estar relacionados à programação definida em termos setoriais. Assim, os montantes a contratar em cada exercício estão vinculados aos programas e projetos expressamente previstos nos orçamentos anuais e plurianuais do Estado, já previamente aprovados pelo Poder Legislativo.

O Governo do Estado considera que a captação de recursos de terceiros não deve ser entendida como uma fonte ilimitada de recursos para a realização de planos de Governo. Na medida do possível, as programações devem se condicionar aos recursos assegurados. Entretanto, há que ser reconhecida a limitada capacidade dos Estados em conduzirem programas de investimentos, ou de ampliação das atividades de atendimento à comunidade, exclusivamente com recursos próprios.

Além disso, a atual conjuntura financeira internacional, com os seus desdobramentos, aliada aos problemas nacionais - altas taxas de inflação e constrangimento no balanço de pagamentos - deverão restringir significativamente a possibilidade de obtenção de recursos de terceiros, para o financiamento de programações estaduais. Em verdade, e como Vossa Excelência certamente antevê, a possibilidade de captação de recursos financeiros no mercado nacional e internacional tornar-se-á progressivamente mais distante do que já o é na atualidade.

Conseqüentemente, a existência de um dosado grau de flexibilidade, para a oportuna obtenção de recursos adicionais, tão logo se apresentem disponíveis, torna-se, não apenas algo desejável, mas um imperativo para que o Governo Estadual possa enfrentar os desafios indicados.

Essa flexibilidade se impõe, ainda, diante da vulnerabilidade da nossa estrutura produtiva frente às contingências climáticas e de mercado, conforme o demonstram os últimos anos. Acrescente-se a necessidade de mantermos plenamente ativa

dos os programas governamentais, responsáveis que são pela absorção de amplos contingentes de trabalhadores.

Por outro lado, a existência de programas em desenvolvimento, sob a responsabilidade da Administração Indireta, tornará necessária a complementação dos seus recursos por intermédio de operações de crédito.

A importância desses programas, em particular os das áreas de apoio urbano, de saneamento, energia, agricultura, educação e transportes, para a consolidação de uma infra-estrutura compatível com as nossas necessidades, além do seu papel na geração de empregos, constituem o fundamento da presente autorização, para a concessão de garantias, avais e contragarantias pelo Poder Executivo Estadual aos empréstimos contratados por tais entidades, sempre obedecidos os limites legais previstos nas Resoluções do Senado Federal de n. 62/75, 93/76 e 64/85.

Considera-se, assim, o Poder Executivo credenciado para pleitear tal autorização, de vez que a utilização da capacidade de endividamento do Estado do Paraná vem se fazendo de forma parcimoniosa.

Espero, Senhor Presidente, ter demonstrado os altos propósitos que orientam o Governo do Estado na antecipação e concretização de investimentos do maior alcance econômico e social, com benéficos reflexos para o homem paranaense.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operações de crédito, bem como prestar fiança, aval, ou outras garantias e contragarantias em empréstimos e financiamentos internos destinados a entidades da Administração Direta e Indireta do Estado até os limites estabelecidos pelas Resoluções do Senado Federal e obedecidas as respectivas regulamentações, de forma a atender a despesas de capital programadas em atividades e projetos contidos nos orçamentos anuais e plurianuais de 1987 a 1991.

Parágrafo Único - Para efetivação das operações de crédito e garantias previstas neste artigo, poderá o Poder Executivo vincular as quotas partes dos recursos que lhe forem transferidos pelo Governo da União, objeto do disposto nos artigos 25 e 26 da Constituição Federal, observadas as suas vinculações.

Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLICADO NO DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do artigo 42, inciso VI, da Constituição, e eu José de Magalhães Pinto, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO N. 62 DE 1975

Dispõe sobre operações de crédito dos Estados e Municípios, fixa seus limites e condições.

Art. 1.º - Subordinam-se às normas fixadas nesta Resolução as operações de crédito de qualquer natureza, realizadas pelos Estados e Municípios.

Parágrafo Único - Subordinam-se, também, ao disposto nesta Resolução as operações de crédito em que sejam intervenientes as entidades autárquicas estaduais e municipais.

Art. 2.º - A dívida consolidada interna dos Estados e Municípios deverá conter-se nos seguintes limites máximos:

I - O montante global não poderá exceder a 70% (setenta por cento) da receita realizada no exercício financeiro anterior;

II - O crescimento real anual da dívida não poderá ultrapassar a 20% (vinte por cento) da receita realizada;

III - O dispêndio anual com a respectiva liquidação, compreendendo o principal e acessórios, não poderá ser superior a 30% (trinta por cento) da diferença entre a receita total e a despesa corrente, realizadas no exercício anterior;

IV - A responsabilidade total dos Estados e Municípios pela emissão de títulos da dívida pública não poderá ser superior a 50% (cinquenta por cento) do teto fixado no item I deste artigo.

Parágrafo 1.º - Para os efeitos desta Resolução, compreende-se como dívida consolidada toda e qualquer obrigação contraída pelos Estados e Municípios, em decorrência de financiamentos ou empréstimos, mediante a celebração de contratos, emissão e aceite de títulos, ou concessão e de quaisquer garantias, que represente compromisso assumido em um exercício para resgate em exercício subsequente.

Parágrafo 2.º - Na apuração dos limites fixados nos itens I, II e III deste artigo será deduzido da receita o valor correspondente às operações de crédito e da despesa corrente os juros da dívida pública.

Art. 3.º - Os Estados e Municípios poderão pleitear que os limites fixados no artigo 2.º desta Resolução sejam temporariamente elevados, a fim de realizarem operações de crédito especificamente vinculadas a empreendimentos financeiramente viáveis e compatíveis com os objetivos e

planos nacionais de desenvolvimento, ou ainda, em casos de excepcional necessidade e urgência apresentada, em qualquer hipótese, cabal e minuciosa fundamentação.

Parágrafo Único - A fundamentação técnica da medida excepcional prevista neste artigo será apresentada ao Conselho Monetário Nacional que a encaminhará, por intermédio do Ministro da Fazenda, ao Presidente da República, a fim de que seja submetida à deliberação do Senado Federal.

Art. 4. - Os títulos da dívida pública estadual e municipal somente poderão ser lançados, oferecidos publicamente, ou ter iniciada a sua colocação no mercado depois de previamente autorizados e registrados no Banco Central do Brasil, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Parágrafo 1.º - Os títulos poderão ser emitidos com cláusula de correção monetária, desde que seus índices de atualização não sejam superiores aos das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.

Parágrafo 2.º - A emissão de títulos de prazo de vencimento inferior a doze meses somente será permitida para resgate daqueles em circulação, de igual prazo, observado o limite máximo registrado na data da entrada em vigor desta Resolução.

Parágrafo 3.º - O pedido de emissão de títulos de que trata este artigo deverá ser acompanhado de plano de aplicação a ser submetido à Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

Art. 5. - Os limites fixados no artigo 2.º desta Resolução não se aplicam às operações de crédito para a antecipação da receita autorizada no orçamento anual, que não poderão exceder a 25% (vinte e cinco por cento) da receita estimada para o exercício financeiro e serão obrigatoriamente liquidadas até 30 (trinta) dias depois do encerramento deste.

Parágrafo 1.º - O dispêndio mensal com a liquidação das operações de crédito para a antecipação da receita, compreendendo o principal e acessórios, não poderá ser superior a 5% (cinco por cento) da receita orçamentária do exercício.

Parágrafo 2.º - Para efeito de apuração dos percentuais previstos neste artigo, será deduzido do total da receita orçamentária prevista o valor das operações de crédito consignadas na Lei dos Meios.

Art. 6. - É vedado aos Estados e Municípios assumir compromissos com fornecedores, prestadores de serviços ou empreiteiros de obras, mediante emissão ou aval de promissória, aceite de duplicatas ou outras operações similares.

Parágrafo Único - Respeitados os limites fixados no artigo 2.º desta Resolução, não se aplica a proibição contida neste artigo às operações de crédito que objeti-

vam financiar a aquisição de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas ou de máquinas e equipamentos rodoviários.

Art. 7. - Os Estados e Municípios deverão prestar ao Banco Central do Brasil informações mensais sobre a posição de suas dívidas, acompanhadas dos respectivos cronogramas de vencimentos.

Art. 8. - A inobservância das disposições da presente Resolução sujeitará as autoridades responsáveis às sanções pertinentes, cabendo ao Banco Central do Brasil exercer a competente fiscalização, no âmbito dos mercados financeiro e de capitais, forma prevista na Lei n. 4.728, de 14 de julho de 1965.

Art. 9. - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as Resoluções n. 58/68, 79/70, 92/70, 53/71, 52/72 e 35/74, do Senado Federal.

Senado Federal em 28/10/75.

Senador JOSÉ DE MAGALHÃES PINTO
Presidente.

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, José de Magalhães Pinto, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO N. 93, DE 1976

Altera a Resolução n. 62, de 1975, que dispõe sobre operações de crédito dos Estados e Municípios, fixa seus limites e condições.

Art. 1.º - O art. 2.º da Resolução n. 62, de 1975, que dispõe sobre operações de crédito dos Estados e Municípios, fixa seus limites e condições, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2.º -

III - O dispêndio anual com a respectiva liquidação, compreendendo principal e acessórios, não poderá ultrapassar 15% (quinze por cento) da receita realizada no exercício financeiro anterior;

§ 2.º - Na apuração dos limites fixados nos itens I, II e III deste artigo será deduzido da receita o valor correspondente às operações de crédito.

§ 3.º - A receita líquida apurada nos termos do parágrafo anterior será corrigida, mensalmente, através de índice aplicável à espécie".

Art. 2.º - Os limites fixados no art. 2.º da Instrução n. 62, de 1975, não se aplicam às operações de crédito contratadas pelos Estados e Municípios com recursos provenientes do Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano (FNDU), do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS) e do Banco Nacional da Habitação (BNH).

Parágrafo Único - O pedido de autorização para as operações de crédito previs-

tas neste artigo será submetido, pelo Presidente da República, à deliberação do Senado Federal, devidamente instruído com o parecer do Conselho Monetário Nacional.

Art. 3.º - O Conselho Nacional estabelecerá as normas complementares necessárias à fiel aplicação desta resolução.

Art. 4.º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, e 11/10/76.

Senador JOSÉ DE MAGALHÃES PINTO
Presidente

CÓPIA AUTENTICADA

Faço saber que o SENADO FEDERAL aprovou, e eu, JOSÉ FRAGELLI, Presidente, nos termos do art. 52, item 30, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO N. 64, DE 1985

Altera a Resolução n. 62, de 28 de outubro de 1975, que dispõe sobre operações de crédito dos Estados e Municípios, fixa seus limites e condições.

Art. 1.º - O § 3.º, acrescentado pela Resolução n. 93, de 1976, ao artigo 2.º da Resolução n. 62, de 28 de outubro de 1975, que dispõe sobre operações de Crédito dos Estados e Municípios, fixa seus limites e condições, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 3.º - A receita líquida, apurada nos termos do parágrafo anterior, será corrigida, mensalmente, desde o mês da sua realização, através de índice aplicável à espécie".

Art. 2.º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 28/06/85.

Senador JOSÉ FRAGELLI
Presidente

Conforme:

NILSON AVELAR
Assistente Técnico

Conforme:

IZABEL M. EVANGELISTA
Chefe da Seção de Mecanografia

Visto:

(a) CLÁUDIA ADDA PASSERINI
Diretora da Subsecretaria de Expediente
À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 55/87

Curitiba, 17 de junho de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados em 19 de agosto de 1986, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social, e os Municípios de Assaí, Atalaia, Barra do

Jacaré, Barracão, Cambira, Cianorte, Cida-de Gaúcha, Curitiba, Cruzeiro do Oeste, Dois Vizinhos, Doutor Camargo, Faxinal, Francisco Beltrão, Grandes Rios, Guaíra, Guaraniaçu, Ivaiporã, Jandaia do Sul, Juaipitã, Mamborê, Manoel Ribas, Maringá, Medianeira, Nova Fátima, Palmas, Pitanga, Planalto, Primeiro de Maio, Realeza, Santa Cecília do Pavão, São Jorge do Patrocínio, São Miguel do Iguaçu, São Pedro do Ivaí, Siqueira Campos, Terra Boa, Terra Roxa e Verê, objetivando a implantação do PROGRAMA DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E COMPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 56/87

Curitiba, 19 de junho de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de solicitar a essa Augusta Assembléia Legislativa, em conformidade com o preceito contido no art. 22, inciso I, da Constituição Estadual, autorização para me afastar do País, nos dias 3 a 5 de julho próximo, com destino a Buenos Aires, Argentina, a fim de manter contactos com o Senhor Presidente Raúl Alfonsín, para o trato de assuntos de interesse do Estado.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 96/87 de sua autoria, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA - A.P.M.I.", com sede e foro no Município de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 22.06.87.

(a) CÂNDIDO BASTOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regi-

mentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 75/86 de autoria do nobre Deputado Trajano Bastos, que dispõe sobre a alteração dos limites e confrontações do município de Cantagalo, criado pela Lei n. 7575 de 12/05/82.

Sala das Sessões, em 22.06.87.

(a) CÂNDIDO BASTOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência, para o Projeto de Lei n. 261/86 de sua autoria, que dá nova redação ao art. 1.º, da Lei n. 7980 de 30/11/84 (O IPE custeará as despesas Médico-hospitalares dos funcionários públicos estaduais internados em consequência de acidentes sofridos durante o desempenho de suas funções), conforme especifica.

Sala das Sessões, em 22.06.87.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência, para o Projeto de Lei n. 73/87 de sua autoria, que declara de Utilidade Pública a "FUNDAÇÃO SENHORA DE BELÉM-RÁDIO CULTURA", com sede na Cidade de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 22.06.87.

(a) CÂNDIDO BASTOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja colocado em Regime de Urgência o Projeto de Lei n. 106/87, que objetiva autorização para contratação de operações de crédito e prestação de garantias, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 22.06.87.

(a) NESTOR BAPTISTA

Líder do Governo

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Senhor PEDRO REKETO, em 03 de junho na cidade de Curitiba-Paraná.

Sala das Sessões, em 22.06.87.

(a) VERA AGIBERT

JUSTIFICATIVA:

PEDRO REKETO, nascido na Ucrânia em 05

de março de 1898, veio para o Brasil na época das imigrações. Em Curitiba desenvolveu e incentivou o teatro amador. Foi fundador e membro ativo do Clube Ucraniano Brasileiro.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata um voto de profundo pesar pelo falecimento prematuro do Senhor DIRCEU BAGETTI, residente em Pérola d'Oeste, ocorrido hoje, em trágico acidente, em rodovia do Estado de Minas Gerais, dando-se ciência deste requerimento a Senhora NILVA SCHMIDT BAGETTI, viúva do extinto.

Sala das Sessões, em 22.06.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Pertencente à tradicional família de pioneiros, irmão do ex-Prefeito Municipal de Pérola d'Oeste, o extinto muito contribuiu com seu trabalho e dedicação para o desenvolvimento do Município.

Seu prematuro passamento, ocasionado por acidente em rodovia no Estado de Minas Gerais, onde se encontrava em viagem de serviço, deixou entristecida a população de Pérola d'Oeste, onde contava com elevado número de amigos, além da consternada desolação dos familiares, visto ser excelente esposo e pai de família.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor DARCI ROGÉRIO DE OLIVEIRA, ocorrido no último dia 18 na cidade de GENERAL CARNEIRO.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 22.06.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

Aos 37 anos de idade, faleceu no último dia 18, na cidade de GENERAL CARNEIRO, o Senhor DARCI ROGÉRIO DE OLIVEIRA, alto funcionário da Prefeitura Municipal.

Deixa viúva dona Maria do Carmo e os filhos menores: Suzana Terezinha, Regina Aparecida, Carlos Alberto e João Paulo.

O passamento de Darci Rogério, veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seus colegas de serviço e de toda a comunidade da região.

A morte privou seus familiares do convívio, entretanto, nos corações dos colegas e amigos, é eterna sua presença.

A Assembléia Legislativa tem o sagrado dever de associar-se à dor que abalou a família Oliveira, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve propõe à Mesa, ouvido o Plenário, seja registrado voto de aplauso ao Jornal "Gazeta do Povo", na pessoa do seu Diretor, Jornalista Francisco da Cunha Pereira Filho, pela demonstração prática de apoio ao Programa de Estabilização de Preços, ao manter seus preços de capa inalterados no período anterior ao congelamento, dispondo-se a absorver os custos acrescidos, ao longo de todo o período de congelamento.

Essa atitude exemplar do grande matutino paranaense lhe assegura uma redobrada autoridade moral para defender a estabilidade de preços e um comportamento cooperativo dos demais agentes econômicos e dos ramos do Poder Público, necessário para que o novo programa seja coroado de êxito.

Sala das Sessões, em 22.06.87.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado em Ata desta Sessão, voto de congratulações ao Presidente do BANESTADO, Ilustríssimo Senhor João Carlos Finardi, pela decisão de abrir as agências do Banco às 10:00 horas da manhã, facilitando com isso o atendimento a toda a população. Este é um exemplo que deveria ser seguido por todas as outras instituições financeiras.

Requer, ainda, que se dê ciência da decisão da Casa, ao referido Presidente.

Sala das Sessões, em 22.06.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado JOÃO ARRUDA que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro nos Anais desta Augusta Casa, de voto de congratulações, à diretoria da TV SUDOESTE- CANAL 7, localizada na cidade de Pato Branco- Sudoeste do Paraná, pela entrada em operações, em caráter definitivo dessa emissora, dia 18 de junho passado.

Sala das Sessões, em 22.06.87.

(a) JOÃO ARRUDA.

JUSTIFICATIVA:

Mais de 15 anos transcorreram desde que a semente da idéia da televisão no Sudoeste paranaense "Vingasse", transformando-se na simpática realidade que é a TV-SUDOESTE- CANAL 7, de Pato Branco.

Pudemos acompanhar, como todos os sudoestinos, a luta e a bravura daqueles que se empenharam por esse ideal.

Muitos foram os desenganos e incontáveis os momentos em que os líderes desse movimento enfrentaram o receio de ver esse sonho cair no esquecimento pelos naturais entraves burocráticos.

Persistiram, porém, e contando com a confiança da comunidade do Sudoeste e o entusiasmo das lideranças representativas regionais, alcançaram o resultado positivo que permitiu, finalmente, a entrada em operações dessa emissora que representará, sem dúvida, mais um motivo de legítimo orgulho para a nobre gente sudoestina.

Justo, pois, o pedido ora consignado para premiar o interesse e a luta daquela Região na busca desse ideal.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, consignação em Ata desta Sessão, de voto de congratulações à Organização das Cooperativas do Paraná, pela realização do Encontro Paranaense de Cooperativismo de Crédito, objetivando o desenvolvimento desse importante sistema de apoio à agricultura de nosso Estado; ao mesmo tempo em que solicita envio de expediente ao Banco Central reiterando apelo à autorização de funcionamento da Cooperativa Central de Crédito do Paraná cujo processo tramita há mais de dois anos.

Requer, ainda, se dê ciência da decisão da Casa aos presidentes das Cooperativas do Paraná, através da OCEPAR, na pessoa do seu Presidente Wilson Thiesen.

Sala das Sessões, em 22.06.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

Em todo o mundo, o sistema cooperativista tem comprovado sua eficiência através da atuação conjunta nas áreas de produção, consumo e crédito. No Brasil, a área de produção progrediu bem, acompanhado modestamente pelo setor de consumo. No entanto, na área de crédito as dificuldades têm sido grandes, principalmente nos meios oficiais.

Mesmo assim, no Paraná, há hoje dezoito cooperativas de crédito e que precisam urgentemente da presença de uma cooperativa central, a fim de apresentar serviço mais eficiente. Mas, o Governo tem interferido não dando a liberdade necessária

para que o cooperativismo de crédito cumpra seu verdadeiro papel.

Segundo o presidente da OCEPAR, Wilson Thiesen, se o Governo tivesse permitido o funcionamento livre das cooperativas de crédito, a crise de descapitalização da agricultura seria bem menor, ou simplesmente não existiria.

Isso porque o cooperativismo de crédito tem condições para liberar recursos a juros bem menores do que do mercado, bem como porque tem condições para gerar recursos no próprio meio rural, sem haver necessidade do Governo liberar grande volume de dinheiro para o setor. Mas existe outro argumento muito importante para o cooperativismo de crédito, que é o próprio associado. Isso possibilita que a cooperativa não somente libere recursos, mas oriente o associado na sua aplicação, diminuindo drasticamente os riscos de inadimplência.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, consignado em Ata desta Sessão, votos de regozijo pelo 6.º aniversário do progressista Município de São Jorge do Patrocínio que com sua história, muito tem contribuído no desenvolvimento social e econômico do nosso Estado.

Requer, outrossim, que se dê ciência da decisão da Casa, ao Prefeito Aparecido Faleiros.

Sala das Sessões, em 22.06.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de aplausos ao Município de CLEVELÂNDIA pela passagem do 95.º Aniversário de sua Emancipação Política.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Senhor Prefeito Municipal, Vice-Prefeito e todos os Senhores Vereadores daquele Município.

Sala das Sessões, em 22.06.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

Quando Clevelândia completa 95 anos de Emancipação Política, constatamos com muita satisfação que o Município atravessa fase de grande desenvolvimento econômico, urbanístico e social, graças ao desprendimento de sua gente, tendo à frente o Prefeito IDEVALDO ZARDO, Vice-Prefeito Senhor CLÁUDIO DE JESUS FERREIRA, bem como todos os Senhores Vereadores irmanados dos mes-

mos propósitos para a grandeza do Município que hoje alcança o 3.º lugar em arrecadação geral de I.C.M. em todo o Sudoeste, daí a firmeza de trabalho e progresso de toda sua população.

É o Município número um da Região e por esse motivo é chamado "PORTAL DO SU-DOESTE". De Clevelândia foram desmembrados nada menos que vinte e cinco municípios dos que hoje compõem a vasta e progressista Região Sudoestina.

Através da Lei Estadual n. 28 de 28 de junho de 1892, Clevelândia desmembrado do Município de Palmas, com a denominação de Bella Vista. No dia 10 de agosto de 1908, por Lei Municipal n. 3 e confirmada pela Lei Estadual n. 862 de 29 de março de 1909, o Município passou a denominar-se CLEVELÂNDIA, em homenagem ao então Presidente dos Estados Unidos, STEFEN GROVER CLEVELAND que, como árbitro, dirimiu a questão de limites entre o Brasil e a República Argentina, relativa ao então Território das Missões, pretendido por aquele País.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro dispensa da Redação Final, da Discussão e Votação, para todos os Projetos de Lei aprovados na Sessão de hoje, em 3.ª Discussão e que não sofreram emendas.

Sala das Sessões, em 22.06.87.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e legais, com base nos artigos do Regimento Interno abaixo descritos:

"Art. 134 - Dependência de deliberação do Plenário os requerimentos referidos nos parágrafos seguintes:

...

§ 4 - Serão escritos e sujeitos a apoio e discussão, só podendo ser votados com a presença da maioria absoluta dos Deputados, os requerimentos sobre:

...

IV - Reunião da Assembléia em Comissão Geral;

Art. 64 - A Comissão Geral será presidida pela mesa e se regerá pelas mesmas disposições regimentais aplicáveis à Assembléia.

Art. 35 - A Assembléia poderá constituir-se em Comissão Geral para o estudo de qualquer assunto, ou outro fim determinado, desde que a sua maioria resolva, a requerimento escrito de qualquer Deputado.

Parágrafo Único - O Requerimento, para a constituição da Assembléia em Comissão Geral, deverá, desde logo, indicar o obje-

to, o dia e a hora da reunião;

REQUEREM, constituição da Assembléia em Comissão Geral, para o estudo do Projeto de Lei n. 106/87, oriundo da Mensagem Governamental n. 54/87, que visa estabelecer limites autorizatórios para contratação de empréstimos, obtenção de financiamentos pelo Tesouro Estadual e para concessão de garantias e prestações de aval ou fiança a operações contratadas pela Administração Direta e Indireta do Estado, dentro dos limites estabelecidos pelas Resoluções do Senado Federal.

Para tanto, a Reunião da Comissão Geral para deliberação da matéria em apreço será realizada em Sessão Plenária do dia 23 do corrente a ter início às 14:30, consoante o Regimento Interno, sem prejuízo das demais atividades legislativas normais.

A solicitação do presente, além de atender às prerrogativas parlamentares previstas na Constituição Estadual e no Regimento Interno deste Poder, visa ao encaminhamento da matéria em consideração às justificativas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo e reconhecendo as dificuldades conjunturais para elaboração e execução da programação governamental que ora se inicia em nosso Estado.

Ainda, tendo em vista a aproximação do recesso parlamentar, que terá seu início no dia 1.º do mês vindouro, há a necessidade de agilização na instalação desta Comissão Geral, dada a urgência da matéria.

Sala das Sessões, em 22.06.87.

(aa) CAÍTO QUINTANA
NEREU CARLOS MASSIGNAN
ANTÔNIO BELINATI
EZEQUIAS LOSSO
DAVID CHERIEGATE.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja considerado como lido o pronunciamento em anexo.

Sala das Sessões, em 22.06.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

"Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Enquanto a farinha de trigo desapareceu das prateleiras dos supermercados, a SUNAB do Paraná continua a aguardar uma orientação da superintendência nacional, em Brasília, bem como a divulgação de uma tabela que ajude na fiscalização geral dos preços.

Autuada pela SUNAB, uma rede de supermercados de Curitiba, mantinha escondidos 17 mil pacotes de cinco quilos de farinha de trigo, ou 86 toneladas, encontradas fora do alcance do consumidor, exigindo de

imediato a ação do órgão fiscalizador. O responsável pela rede de supermercados, justificou-se dizendo que o produto tinha sido retirado das suas lojas, aguardando devolução aos moinhos, pois a farinha não seria vendida por um preço menor que o de atacado. A situação, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é realmente motivo de preocupação para todos nós, uma vez que a burocracia vem emperrando uma ação mais rápida e objetiva em favor não apenas do consumidor mas de todos, isto é, dos produtores, dos comerciantes e também da própria fiscalização.

A retirada do subsídio do trigo, amplamente anunciada como capaz de aliviar de forma sensível o caixa nacional, trouxe para o comércio varejista uma situação de impasse. Os moinhos já foram autorizados pelo governo a trabalhar com o preço novo. O preço do comércio varejista, contudo, não foi ainda tabelado. E fica o impasse, pois, nenhum comerciante pretende trabalhar com prejuízo, vendendo o produto em estoque pelo preço tabelado antes do congelamento, quando terão, em seguida, que investir três ou quatro vezes mais para reabastecimento. Escondendo o produto, como aconteceu com a rede de supermercados autuada, devolvendo ou não aos moinhos que já praticam preço novo, os comerciantes tentam justificar suas posições.

O Delegado da SUNAB do Paraná, Adilson Amaro Alves, cuja disposição e serviços merecem os maiores elogios, diz que o ato de tentar prever como será a nova tabela de preços no Paraná, ainda não divulgada, é apenas um mero exercício de futurologia. O organismo, sem a tabela, vem encontrando enormes dificuldades no desenvolvimento do seu trabalho, e apesar de toda a boa vontade da fiscalização no auxílio ao consumidor, vem esbarrando na falta deste instrumento e na orientação às redes de supermercados de como vai ficar a situação em relação aos estoques que mantinham. Ou cobram o novo preço, tendo prejuízo de 40% ou cobram o preço de atacado, tendo prejuízos menores. Logo, entre a cruz e a espada, os comerciantes chamam, a SUNAB autua, mas há a falta de definição que estamos cobrando neste momento.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É elogiável em todos os sentidos o engajamento dos Governos Estaduais e Municipais nesta empreitada pela fiscalização dos preços, bem como a própria adesão da Assembléia Legislativa, que está colaborando com os consumidores. É preciso, porém, que no caso da SUNAB, aqui no Paraná, venham de Brasília, decisões mais rápidas e objetivas, capazes de justificar o esforço isolado do Delegado do órgão em nosso Estado, cujas condições instrumentalizadas de atuação são as piores possí-

veis. É preciso que se urgenciem, em Brasília, medidas como a tabela e a orientação adequada, não apenas em relação a este caso do trigo, hoje um verdadeiro drama que passa a atingir comerciantes e consumidores levando a SUNAB a uma situação de autuação mas compreendendo perfeitamente o descontrole de uma prática de preços que apenas desvia a atenção do público pela fiscalização, mas não resolve o grande problema, que é do abastecimento.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estamos confiantes de que haja a viabilidade de um plano econômico de recuperação para este País. Até damos um voto de confiança. Porém, é preciso também, e o PL faz questão de registrar este enfoque, que o governo dê efetiva demonstração de perseverança na busca de solução ao déficit público; na solução dos problemas que envolvem os mutuários do BNH, no reaquecimento de uma economia que caminha para a recessão; no resgate da credibilidade do próprio governo. Não será apenas com o congelamento de preços que se conseguirá resgatar esta credibilidade que o Governo perdeu com o Cruzado II. O ceticismo de hoje, por parte daqueles que foram fiscais do Sarney, vai continuar até que se instrumentalizem os órgãos de defesa do consumidor, até que os órgãos fiscalizadores e a própria população volte a ter respeito em decisões como estas que, por enquanto, não passam de medidas de fachada do Governo da Nova República.

Muito obrigado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições Regimentais, REQUER a Mesa Executiva, ouvido o Plenário, a inclusão desde logo na Ordem do Dia do Projeto Lei 071/87, que denomina Angelo Moreira da Fonseca a estrada que liga Umuarama a Ivatê.

Sala das Sessões, em 22.06.87.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

JUSTIFICATIVA:

Não se tratando o referido Projeto de Lei de proposição que implique em abertura de crédito ou em despesas para o Erário, poderá a mesma, a requerimento de qualquer Deputado e por aprovação da Assembléia, ser incluída desde logo na Ordem do Dia, sem observância das formalidades previstas nos artigos anteriores, conforme relata o Artigo 108 do Regimento Interno desta Casa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições Regimentais, REQUER à Mesa Executiva, ouvido o

Plenário, a inclusão desde logo na Ordem do Dia do Projeto Lei 070/87, que denomina Hênio Romagnolli a estrada que liga Umuarama a Mariluz.

Sala das Sessões, em 22.06.87.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

JUSTIFICATIVA:

Não se tratando o referido Projeto de Lei de proposição que implique em abertura de crédito ou em despesas para o erário, poderá a mesma, a requerimento de qualquer Deputado e por aprovação da Assembléia, ser incluída desde logo na Ordem do Dia, sem observância das formalidades previstas nos artigos anteriores, conforme relata o Artigo 108 do Regimento Interno desta Casa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Paulino José Delazeri, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado em Regime de Urgência, expediente ao Senhor Chefe da Casa Militar e ao Senhor Chefe da Casa Civil do Governo, solicitando instalação, com urgência, de um escritório de representação do Comando Aéreo Regional em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 22.06.87.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI.

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná encontra-se desprovido de uma maior assistência na área de Aviação Civil, isto, devido a subordinação ao 5.º Comando Aéreo Regional com sede em Canoas, Rio Grande do Sul, o que gera dependência muito grande quando ocorre acidentes aéreos, pois para se fazer perícia técnica dependemos inteiramente daquele Comando.

A instalação desse escritório viria ao encontro do grande número de usuários no Estado, além de proporcionar uma maior agilidade e rapidez nas perícias técnicas, decorrentes de acidentes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual PAULINO JOSÉ DELAZERI, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, anulação do Requerimento de autoria do Deputado Erondy Silvério que alterou de sete para treze o número de membros da Comissão Parlamentar de Inquérito que está trabalhando na apuração das denúncias de contrabando no Porto de Paranaguá e na fronteira com o Paraguai. O referido requerimento aprovado pelo Plenário desta Casa de Leis, ocorreu após a instalação e início dos trabalhos da CPI. Desta forma a ampliação da Comissão somente irá retardar os trabalhos já iniciados, quando

já foram inclusive, realizadas diligências e ouvidas testemunhas.

Sala das Sessões, em 22.06.87.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Movimento de Criação do Estado do Iguaçu, Moção de Apoio à criação do Estado do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 22.06.87.

(a) DAVID CHERIEGATE.

JUSTIFICATIVA:

A aspiração das Regiões Oeste e Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina, ressentidos de uma maior participação na vida administrativa dos Estados de que são membros, têm, no Movimento pró-criação do Estado do Iguaçu, o instrumento de realização de um anseio que perseguem desde que o art. 8., das disposições transitórias da Constituição Federal de 1946, extinguiu o Território Federal de Iguaçu.

A criação do Estado do Iguaçu, ao par de realizar o sonho de 3 milhões de habitantes domiciliados nos 68.000 km. que compreenderá a sua área, não comprometerá o potencial agrícola e industrial dos Estados remanescentes.

Desta forma, o Brasil terá mais um Estado rico, com uma administração próxima de suas necessidades, colocando em prática o princípio da descentralização administrativa.

Por outro lado, o novo Estado, propiciará o aumento da representação política, reestabelecendo um maior equilíbrio na representação parlamentar nacional.

O Movimento de Criação do Estado do Iguaçu, desprendidamente, tem-se constituído catalizador dos mais legítimos anseios da população que formará o novo Estado, até por isso vem recebendo o mais expressivo apoio de lideranças políticas, empresariais, comunitárias e populares das regiões beneficiadas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, devido as informações do Deputado Pedro Tonelli, divulgadas através da imprensa, dizendo que seus ganhos como Parlamentar estão acima de CZ\$ 100 mil, solicitar junto a Presidência desta Casa, esclarecimentos, do porquê o Deputado Pedro Tonelli ganhar mais do que os demais Parlamentares e se há nesta Casa, alguma classificação para o Deputado ganhe mais que os outros.

Sala das Sessões, em 22.06.87.

(a) JOSÉ FELINTO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, que seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor HORÁCIO RODRIGUES, digníssimo Presidente da Câmara Municipal de Curitiba, no sentido de que seja apreciado e enviados esforços, para o atendimento do pleiteado pela Associação de Moradores do Jardim Colina Verde, constante no Ofício n. 07/87, e o abaixo-assinado, em anexo.

Do aprovado, REQUER, ainda, que se dê ciência ao Líder da Bancada do Partido da Frente Liberal, na Câmara Municipal de Curitiba e a Senhora Ruth M. Banzato, Digníssima Presidenta da referida entidade Rua Maracatiara, n. 128, conj. Jardim Colina Verde, Bairro Alto- Curitiba).

Sala das Sessões, em 22.06.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES

JARDIM COLINA VERDE

Ofício n. 07/87

Curitiba, 19 de junho de 1987.

Senhor Deputado:

A Comunidade de Jardim Colina Verde, neste ato, por extensão, representando os interesses dos moradores dos bairros Atuba, Bairro Alto (Paraíso, Higienópolis, Colina Verde), e Planta Vera Lúcia, vem respeitosamente através deste, encaminhar documentos esclarecedores de nossa luta e reivindicação, para as quais solicita reiteradamente seu apoio no sentido de que efetue pronunciamento a favor e que interceda junto ao Sr. Prefeito Municipal Roberto Requião e Vereadores de nossa Capital, considerando que tal ação por parte de Vossa Excelência deverá ser determinante na concretização dos anseios desta comunidade.

Na assertiva de contar com o apoio de Vossa Excelência, apresentamos nossos protestos de elevada estima e distinguida consideração.

Atenciosamente,

(aa) RUTH M. BANZATO - Presidente

CLEONICE C. CORREA - Vice-Presidente

Senhor Deputado,

A comunidade, abaixo-assinada, moradores da área de abrangência dos bairros Higienópolis, Atuba e Bairro Alto, neste ato representados pelos moradores do conjunto residencial Colina Verde, vêm expor a Vossa Excelência o que segue:

No ano de 1981, pela Lei n. 6285, decretada pela Câmara Municipal de Curitiba e sancionada pelo Sr. Prefeito Muni-

pal, foi doado à Escola 29 de Março, o imóvel constituído pela área verde A, do loteamento conjunto residencial Bairro Atuba, situado no Bairro Alto, nesta Capital, medindo 7.380,26 m².

Que a referida lei, em seus artigos segundo e terceiro, condicionava o início das obras de construção no prazo de dois anos e conclusão dentro do período de cinco anos, ocasionando o inadimplemento, por parte do donatário, a reversão do imóvel ao patrimônio municipal.

Ocorre que, os mencionados artigos segundo e terceiro da citada lei, foram totalmente descumpridos por parte do donatário, ensejando ao Executivo Municipal mover ação de reversão da área doada.

É de domínio público que a ação do Legislativo Municipal culminou em aprovação, no sentido de prorrogação do prazo a que se refere o artigo segundo da Lei n. 6285, mantendo desta forma o direito do já beneficiado donatário, que comprovadamente nada fez em relação às razões que impeliram e justificaram a solicitação da ocorrida doação, tal ação de prorrogação por parte daquele Legislativo, hoje incorre totalmente contra os interesses de uma expressiva comunidade, considerando ser aquela área a única disponível a ser utilizada pela comunidade local, que a permanecer tal circunstância ficará destituída de poder concretizar suas necessárias aspirações, de ver ali edificadas uma Escola Pública e um Centro Comunitário.

Ressalve-se que na ocasião em que se deu a segunda e terceira votação do projeto de lei que instituiu a prorrogação do prazo que contempla o artigo segundo da Lei n. 6285, os moradores do Jardim Colina Verde, presentes àquele Legislativo, esclareceram aos Srs. Vereadores suas preocupações e reivindicações, obtendo por parte dos nobres Edis total compreensão, apoio e justificativa momentânea, que não haveria possibilidade de adiar a matéria, qual votaram favoravelmente, mas que se comprometeram a interceder junto ao Prefeito Municipal Roberto Requião, no sentido de que a referida área seja permutada por outra mais propícia aos interesses da Escola 29 de Março, tempo em que se liberaria para a comunidade do Jardim Colina Verde, a gleba em questão, por considerarem tal medida justa e de real direito, ao que nada opôs o donatário.

A edificação da Escola 29 de Março, destinada a trabalho com crianças excepcionais, naquele local estaria prejudicada, pelo fato de que, segundo consulta a órgãos competentes, configura-se uma região inadequada, considerando o distanciamento da relação ao centro e sua proximidade com a BR-116; pela existência de outra escola congênere na redondeza (afasta-

da da BR), atendendo perfeitamente as necessidades daquela região.

Outrossim, significativa é a necessidade comunitária dos bairros citados com relação ao dever constitucional do Estado, em fornecer educação básica. Crianças são obrigadas a se deslocarem quilômetros em busca do ensino, mercê dos riscos naturais que isto ocasiona, sem contar que as poucas escolas mais próximas (duas estaduais e uma particular), encontram-se esgotadas em seus limites de aceitação de demanda, havendo pois que acrescentar, aquelas crianças que a custo de sacrifícios extremos de seus pais, ainda conseguem se manter, por falta de opção, no ensino particular, acabarão por curto espaço de tempo, destituídas de quaisquer possibilidades de acesso ao saber, fato facilmente detectado pelo processo galopante do alto custo a que vão as mensalidades das escolas particulares, em muitos casos representando 80% do salário mínimo atual.

Pela certeza de estarmos nos dirigindo a homens públicos que, como tais, compreendem de forma especial os anseios de uma comunidade e ainda pelas mesmas razões que os levaram ao Poder Legislativo Estadual, e de estarem dispostos a lutar pelos interesses da coletividade, antecipadamente, pelo apoio prestado, externamos nossos agradecimentos.

"Nós, abaixo-assinados, moradores do Jardim Colina Verde, no Bairro Alto, inconformados com a possibilidade de perder a área destinada à construção de uma escola pública e centro comunitário que favorecerá uma ampla região, requeremos solução para o problema, com a devolução do terreno à comunidade e doação de uma outra área para a Escola 29 de Março. Na certeza de que nossa proposta é justa e viável, firmamo-nos.

(aa) Seguem 392 assinaturas."

Excelentíssimo Doutor Juiz da Quarta Vara da Fazenda Pública, Falências e Concordatas:

O MUNICÍPIO DE CURITIBA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede no Palácio 29 de Março, nesta Capital, perante Vossa Excelência, por seu advogado (delegação de poderes anexa) o escritório à rua Álvaro Ramos, 150 - 10. andar, onde receberá intimação), propõe ação de revogação de doação, pelo procedimento comum ordinário, com apoio no parágrafo único do artigo 1181, do Código Civil, e nos artigos 272 e 274, do Código de Processo Civil, além dos demais dispositivos legais aplicáveis à espécie, contra ESCOLA 29 DE

MARÇO, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua José de Alencar, 1509, em Curitiba, pelos seguintes fundamentos:

1. O requerente, devidamente autorizado pela Lei Municipal n. 6285, de 09 de dezembro de 1981, que foi publicada no Diário Oficial do município em 29.12.81, doou à requerida o imóvel constituído pela área verde A, do loteamento "Conjunto Residencial Bairro Alto", situado no Bairro Alto, nesta Capital, com a área de 7.380,26 m², objeto da matrícula R-2/12.271 do Registro de Imóveis da Terceira Circunscrição de Curitiba, decorrente da escritura pública lavrada às fls. 447 do Livro 846-N do 7.º Tabelionato de Notas da Capital no dia 10 de março de 1983 (documentos anexos).

2. A doação foi onerosa:

A área doada era destinada à construção da nova sede e escola para crianças normais e excepcionais, obrigando-se a donatária a dar início às obras de construção no prazo de dois anos e tê-las concluídas dentro de cinco anos, prazos contados da data da assinatura da escritura pública acima aludida.

Pela mesma escritura, ficou estabelecido que o inadimplemento de qualquer das condições ali mencionadas, por parte da donatária, implicaria na reversão da área doada, e demais benfeitorias, ao Patrimônio Municipal, sem ônus para os cofres públicos, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial (condições que por óbvio, passaram a fazer parte da matrícula R-2/12.271, da Terceira Circunscrição Imobiliária da Capital).

3. Acontece que a requerida, contrariamente ao pactuado, apenas edificou no imóvel uma casa de madeira, que está sendo ocupada por um caseiro.

Logo, não cumpriu os encargos a que estava obrigada, consumando-se o inadimplemento das condições estabelecidas, por ocasião da doação.

Daí a sua revogabilidade, nos termos do parágrafo único do Artigo 1181, do Código Civil.

Outrossim, cabe salientar, nesse passo, ser prescindível a constituição em mora da requerida porque, como leciona Carvalho Santos, "se há prazo estipulado para cumprimento do encargo, incide em mora o donatário, desde que, ao escoar-se dito prazo, não tenha executado o encargo" (Código Civil Brasileiro Interpretado, quarta edição, volume XVI, página 432).

4. Nestas condições, requer que Vossa Excelência ordene a citação da requerida, na pessoa de seu representante legal, no endereço antes indicado, com o benefício do

§ 2.º do Artigo 172, do Código de Processo Civil (solicitando-se, desde já, autorização expressa para tanto), para que responda a ação, querendo, devendo a mesma ser julgada procedente para que seja declarada revogada a doação feita pelo requerente, com a consequente reversão do imóvel ao Patrimônio Municipal, determinando-se, outrossim, o cancelamento do registro R-2/12.271, (Registro n. 2 da matrícula n. 12.271) da Terceira Circunscrição imobiliária desta Comarca, como também a restauração do R-1/12.271 (Registro n. 1 da matrícula n. 12.271), em favor do município de Curitiba, condenando-se a requerida ao pagamento das despesas processuais e dos honorários de advogado, que saberá fixar.

Requer, por derradeiro, a produção de todas as provas admitidas em lei e que, se for o caso, especificará no momento adequado.

Atribui à causa, exclusivamente para efeitos recursórios, o valor de Cz\$ 20.000,00 (vinte mil cruzados).

Pede Deferimento.

Curitiba, 02 de setembro de 1986.

(a) ANTÔNIO MORIS CURY

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA

Publicado do D.O.M.

de 23/12/81

DA. em 29/12/81

n. 52 (a) Adolfo

LEI N. 6.285

DATA: 9 de dezembro de 1981.

"Autoriza o Executivo a doar à ESCOLA 29 de MARÇO, o imóvel que especifica".

A Câmara Municipal de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, decretou e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º - Fica o Executivo autorizado a doar à ESCOLA 29 DE MARÇO o imóvel constituído pela área verde "A" do Loteamento Conjunto Residencial Bairro Alto, situado no Bairro Alto, nesta Capital, com 7.380,26m² (sete mil, trezentos e oitenta metros e vinte e seis decímetros quadrados), assim discriminada: inicia no ponto de confluência entre a linha divisória sul da rua principal, e a linha divisória à oeste da rua "D", segue em linha reta com 79,50m (setenta e nove metros e cinquenta centímetros) de comprimento confrontando à leste com a Rua "D"; deflete à direita e segue em linha reta com 26,50m (vinte e seis metros e cinquenta centímetros) de comprimento confrontando à sudoeste com o lote n. 14 da quadra 3; segue em linha reta com 27,68m (vinte e sete metros e ses-

senta e oito centímetros) de comprimento confrontando à sudoeste com o lote n. 1 da quadra 3; deflete à direita e segue em linha leste e concordância com 9,00m. (nove metros) de raio - confluência com a linha divisória, noroeste da rua "A", deflete à direita e segue em linha reta com 30,00m (trinta metros) de comprimento confrontando à sudoeste com o lote n. 17 da quadra 1; deflete à esquerda e segue em linha reta com 10,00m (dez metros) de comprimento confrontando à sudoeste com o lote n. 17 da quadra 1; deflete à direita e segue em linha com 30,00 m (trinta metros) de comprimento confrontando à sudoeste com o lote n. 1 da quadra 1, deflete à direita e segue em linha reta com 36,00m (trinta e seis metros) de comprimento à noroeste com a rua Marginal; segue em linha curva com 47,12m (quarenta e sete metros e doze centímetros) de comprimento confrontando ao norte com a Principal; segue em linha curva de concordância com 65,50m (sessenta e cinco metros e cinquenta centímetros) de comprimento confrontando à nordeste com a rua Principal, coincidindo com o ponto inicial, havido pelo Município conforme Matrícula n. ^aR-1/12.271 de Registro de Imóveis da 3. Circunscrição da Comarca de Curitiba, destinado à construção da sua nova sede e escola para crianças normais e excepcionais.

Art. 2.º - Fica a donatária obrigada a dar início às obras de construção no prazo de 2 (dois) anos e tê-las concluídas dentro de 5 (cinco) anos, prazos estes contados da data da escritura da doação, da qual deverão constar as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade.

Art. 3.º - O inadimplemento por parte da donatária das disposições desta lei, importará na reversão do imóvel ao patrimônio municipal, inclusive das eventuais benfeitorias, independentemente de interposição judicial ou extrajudicial.

Art. 4.º - Para a consecução do objetivo desta lei, é avaliado em Cr\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil cruzeiros) a área de terreno especificada no artigo 1.º, conforme avaliação procedida pelo órgão competente do Departamento do Patrimônio da Municipalidade.

Art. 5.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio 29 de março, em 09/12//81.

JAIME LERNER

Prefeito Municipal

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário REQUER que seja en-

viado expediente ao Excelentíssimo Senhor BELMIRO VALVERDE JOBIM CASTOR, Digníssimo SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no sentido de que, de acordo com as reivindicações da Associação de Moradores do Jardim Colina Verde - Bairro Alto - Curitiba, seja procedida à construção de uma unidade escolar no citado Conjunto.

Do aprovado, REQUER, ainda, que seja dada ciência à ilustre Senhora Ruth M. Banzato, Digníssima Presidente da referida Entidade, Rua Maracatiara, 128 - Cj. Jardim Colina Verde - Curitiba.

Sala das Sessões, em 22.06.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

JUSTIFICATIVA:

Anexo abaixo-assinado.

"Nós, abaixo-assinados, moradores do Jardim Colina Verde, no Bairro Alto, inconformados com a possibilidade de perder a área destinada à construção de uma escola pública e centro comunitário que favorecerá uma ampla região, requeremos solução para o problema, com a devolução do terreno à comunidade e doação de uma outra área para a Escola 29 de Março. Na certeza de que nossa proposta é justa e viável, firmamo-nos.

(aa) 415 assinaturas."

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, que seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, mui digníssimo PREFEITO MUNICIPAL DE CURITIBA, no sentido de que, seja apreciado e viabilizado estudos para atender as reivindicações da comunidade do Jardim Colina Verde, Bairro Alto - Curitiba.

Do aprovado, REQUER, que se dê ciência ao ilustre Líder do Partido da Frente Liberal na Câmara Municipal e a Senhora Ruth M. Banzato, digníssima Presidente da Associação de Moradores do Jardim Colina Verde, Rua Maracatiara, 128, Conjunto Colina Verde, Bairro Alto.

Sala das Sessões, em 22.06.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

JUSTIFICATIVA:

As reivindicações anexa a este, procuram justificar o acima enunciado.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES

JARDIM COLINA VERDE

Ofício n. 07/87

Curitiba, 19 de junho de 1987.

Senhor Deputado:

A Comunidade de Jardim Colina Verde, neste ato, por extensão, representando os interesses dos moradores dos bairros Atuba, Bairro Alto (Paraíso, Higienópolis,

Colina Verde), e Planta Vera Lúcia, vem respeitosamente através deste, encaminhar documentos esclarecedores de nossa luta e reivindicação, para as quais solicita reiteradamente seu apoio no sentido de que efetue pronunciamento a favor e que interceda junto ao Sr. Prefeito Municipal Roberto Requião e Vereadores de nossa Capital, considerando que tal ação por parte de Vossa Excelência deverá ser determinante na concretização dos anseios desta comunidade.

Na assertiva de contar com o apoio de Vossa Excelência, apresentamos nossos protestos de elevada estima e distinguida consideração.

Atenciosamente,

(aa) RUTH M. BANZATO - Presidente
CLEONICE C. CORREA - Vice-Presidente

Senhor Deputado,

A comunidade, abaixo-assinada, moradores da área de abrangência dos bairros Higienópolis, Atuba e Bairro Alto, neste ato representados pelos moradores do conjunto residencial Colina Verde, vêm expor a Vossa Excelência o que segue:

No ano de 1981, pela Lei n. 6285, decretada pela Câmara Municipal de Curitiba e sancionada pelo Sr. Prefeito Municipal, foi doado à Escola 29 de Março, o imóvel constituído pela área verde A, do loteamento conjunto residencial Bairro Atuba, situado no Bairro Alto, nesta Capital, medindo 7.380,26 m².

Que a referida lei, em seus artigos segundo e terceiro, condicionava o início das obras de construção no prazo de dois anos e conclusão dentro do período de cinco anos, ocasionando o inadimplemento, por parte do donatário, a reversão do imóvel ao patrimônio municipal.

Ocorre que, os mencionados artigos segundo e terceiro da citada lei, foram totalmente descumpridos por parte do donatário, ensejando ao Executivo Municipal mover ação de reversão da área doada.

É de domínio público que a ação do Legislativo Municipal culminou em aprovação, no sentido de prorrogação do prazo a que se refere o artigo segundo da Lei n. 6285, mantendo desta forma o direito do já beneficiado donatário, que comprovadamente nada fez em relação às razões que impeliram e justificaram a solicitação da ocorrida doação, tal ação de prorrogação por parte daquele Legislativo, hoje incorre totalmente contra os interesses de uma expressiva comunidade, considerando ser aquela área a única disponível a ser utilizada pela comunidade local, que a permanecer tal circunstância ficará destituída de poder concretizar suas necessárias aspirações, de ver ali edificadas uma Escola e um Centro Comunitário.

Ressalve-se que na ocasião em que se deu a segunda e terceira votação do projeto de lei que instituiu a prorrogação do prazo que contempla o artigo segundo da Lei n. 6285, os moradores do Jardim Colina Verde, presentes àquele Legislativo, esclareceram aos Srs. Vereadores suas preocupações e reivindicações, obtendo por parte dos nobres Edis total compreensão, apoio e justificativa momentânea, que não haveria possibilidade de adiar a matéria, à qual votaram favoravelmente, mas que se comprometeram a interceder junto ao Prefeito Municipal Roberto Requião, no sentido de que a referida área seja permutada por outra mais propícia aos interesses da escola 29 de Março, tempo em que se liberaria para a comunidade do Jardim Colina Verde, a gleba em questão, por considerarem tal medida justa e de real direito, ao que nada opôs o donatário.

A edificação da Escola 29 de Março, destinada ao trabalho com crianças excepcionais, naquele local estaria prejudicada, pelo fato de que, segundo consulta a órgãos competentes, configura-se uma região inadequada, considerando o distanciamento em relação ao centro e sua proximidade com a BR-116; pela existência de outra escola congênere na redondeza (afastada da BR), atendendo perfeitamente as necessidades daquela região.

Outrossim, significativa é a necessidade comunitária dos bairros citados com relação ao dever constitucional do Estado, em fornecer educação básica. Crianças são obrigadas a se deslocarem quilômetros em busca do ensino, mercê dos riscos naturais que isto ocasiona, sem contar que as poucas escolas mais próximas (duas estaduais e uma particular), encontram-se esgotadas em seus limites de aceitação de demanda, havendo pois que acrescentar, aquelas crianças que a custo de sacrifícios extremos de seus pais, ainda conseguem se manter, por falta de opção, no ensino particular, acabarão por curto espaço de tempo, destituídas de quaisquer possibilidades de acesso ao saber, fato facilmente detectado pelo processo galopante do alto custo a que vão as mensalidades das escolas particulares, em muitos casos representando 80% do salário mínimo atual.

Pela certeza de estarmos nos dirigindo a homens públicos que, como tais, compreendem de forma especial os anseios de uma comunidade e ainda pelas mesmas razões que os levaram ao Poder Legislativo Estadual, e de estarem dispostos a lutar pelos interesses da coletividade, antecipadamente, pelo apoio prestado, externamos nossos agradecimentos.

"Nós, abaixo-assinados, moradores do Jardim Colina Verde, no Bairro Alto, in-

conformados com a possibilidade de perder a área destinada à construção de uma escola pública e centro comunitário que favorecerá uma ampla região, requeremos solução para o problema, com a devolução do terreno à comunidade e doação de uma outra área para a Escola 29 de Março. Na certeza de que nossa proposta é justa e viável, firmamo-nos.

(aa) Seguem 392 assinaturas."

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA

Publicado do D.O.M.

de 23/12/81

DA. em 29/12/81

n. 52 (a) Adolfo

LEI N. 6.285

DATA: 9 de dezembro de 1981.

"Autoriza o Executivo a doar à ESCOLA 29 de MARÇO, o imóvel que especifica".

A Câmara Municipal de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, decretou e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º - Fica o Executivo autorizado a doar à ESCOLA 29 DE MARÇO o imóvel constituído pela área verde "A" do Loteamento Conjunto Residencial Bairro Alto, situado no Bairro Alto, nesta Capital, com 7.380,26m² (sete mil, trezentos e oitenta metros e vinte e seis decímetros quadrados), assim discriminada: inicia no ponto de confluência entre a linha divisória sul da rua principal, e a linha divisória à oeste da rua "D", segue em linha reta com 79,50m (setenta e nove metros e cinquenta centímetros) de comprimento confrontando à leste com a Rua "D"; deflete à direita e segue em linha reta com 26,50m (vinte e seis metros e cinquenta centímetros) de comprimento confrontando à sudoeste com o lote n. 14 da quadra 3; segue em linha reta com 27,68m (vinte e sete metros e sessenta e oito centímetros) de comprimento confrontando à sudoeste com o lote n. 1 da quadra 3; deflete à direita e segue em linha e concordância com 9,00m (nove metros) de raio - confluência com a linha divisória, noroeste da rua "A", deflete à direita e segue em linha reta com 30,00m (trinta metros) de comprimento confrontando à sudoeste com o lote n. 17 da quadra 1; deflete à esquerda e segue em linha reta com 10,00m (dez metros) de comprimento confrontando à sudoeste com o lote n. 17 da quadra 1; deflete à direita e segue em linha com 30,00 m (trinta metros) de comprimento confrontando à sudoeste com o lote n. 1 da quadra 1, deflete à direita e segue em linha reta com 30,00m (trinta e seis metros) de comprimento à noroeste com a rua Marginal; segue em linha curva com

47,12m (quarenta e sete metros e doze centímetros) de comprimento confrontando ao norte com a Principal; segue em linha curva de concordância com 65,50m (sessenta e cinco metros e cinquenta centímetros) de comprimento confrontando à nordeste com a rua Principal, coincidindo com o ponto inicial, havido pelo Município conforme Matrícula n. R-1/12.271 de Registro de Imóveis da 3.ª Circunscrição da Comarca de Curitiba, destinado à construção da sua nova sede e escola para crianças normais e excepcionais.

Art. 2.º - Fica a donatária obrigada a dar início às obras de construção no prazo de 2 (dois) anos e tê-las concluídas dentro de 5 (cinco) anos, prazos estes contados da data da escritura da doação, da qual deverão constar as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade.

Art. 3.º - O inadimplemento por parte da donatária das disposições desta lei, importará na reversão do imóvel ao patrimônio municipal, inclusive das eventuais benfeitorias, independentemente de interposição judicial ou extrajudicial.

Art. 4.º - Para a consecução do objetivo desta lei, é avaliado em Cr\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil cruzeiros) a área de terreno especificada no artigo 1.º, conforme avaliação procedida pelo órgão competente do Departamento do Patrimônio da Municipalidade.

Art. 5.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio 29 de março, em 09/12/81.

JAIME LERNER

Prefeito Municipal

Excelentíssimo Doutor Juiz da Quarta Vara da Fazenda Pública, Falências e Concordatas:

O MUNICÍPIO DE CURITIBA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede no Palácio 29 de Março, nesta Capital, perante Vossa Excelência, por seu advogado (delegação de poderes anexa - escritório à rua Álvaro Ramos, 150 - 10.º andar, onde receberá intimação), propõe ação de revogação de doação, pelo procedimento comum ordinário, com apoio no parágrafo único do artigo 1181, do Código Civil, e nos artigos 272 e 274, do Código de Processo Civil, além dos demais dispositivos legais aplicáveis à espécie, contra ESCOLA 29 DE MARÇO, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua José de Alencar, 1509, em Curitiba, pelos seguintes fundamentos:

1. O requerente, devidamente autorizado pela Lei Municipal n. 6285, de 09 de de-

zembro de 1981, que foi publicada no Diário Oficial do município em 29.12.81, doou à requerida o imóvel constituído pela área verde A, do loteamento "Conjunto Residencial Bairro Alto", situado no Bairro Alto, nesta Capital, com a área de 7.380,26 m², objeto da matrícula R-2/12.271 do Registro de Imóveis da Terceira Circunscrição de Curitiba, decorrente da escritura pública lavrada às fls. 447 do Livro 846-N do 7.º Tabelionato de Notas da Capital no dia 10 de março de 1983 (documentos anexos).

2. A doação foi onerosa:

A área doada era destinada à construção da nova sede e escola para crianças normais e excepcionais, obrigando-se a donatária a dar início às obras de construção no prazo de dois anos e tê-las concluídas dentro de cinco anos, prazos contados da data da assinatura da escritura pública acima aludida.

Pela mesma escritura, ficou estabelecido que o inadimplemento de qualquer das condições ali mencionadas, por parte da donatária, implicaria na reversão da área doada, e demais benfeitorias, ao Patrimônio Municipal, sem ônus para os cofres públicos, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial (condições que por óbvio, passaram a fazer parte da matrícula R-2/12.271, da Terceira Circunscrição Imobiliária da Capital).

3. Acontece que a requerida, contrariamente ao pactuado, apenas edificou no imóvel uma casa de madeira, que está sendo ocupada por um caseiro.

Logo, não cumpriu os encargos a que estava obrigada, consumando-se o inadimplemento das condições estabelecidas, por ocasião da doação.

Dai a sua revogabilidade, nos termos do parágrafo único do Artigo 1181, do Código Civil.

Outrossim, cabe salientar, nesse passo, ser prescindível a constituição em mora da requerida porque, como leciona Carvalho Santos, "se há prazo estipulado para cumprimento do encargo, incide em mora o donatário, desde que, ao escoar-se dito prazo, não tenha executado o encargo" (Código Civil Brasileiro Interpretado, quarta edição, volume XVI, página 432).

4. Nestas condições, requer que Vossa Excelência ordene a citação da requerida, na pessoa de seu representante legal, no endereço antes indicado, com o benefício do § 2.º, do Artigo 172, do Código de Processo Civil (solicitando-se, desde já, autorização expressa para tanto), para que requeira a ação, querendo, devendo a mesma ser julgada procedente para que seja

declarada revogada a doação feita pelo requerente, com a conseqüente reversão do imóvel ao Patrimônio Municipal, determinando-se, outrossim, o cancelamento do registro R-2/12.271, (Registro n. 2 da matrícula n. 12.271) da Terceira Circunscrição imobiliária desta Comarca, como também a restauração do R-1/12.271 (Registro n. 1 da matrícula n. 12.271), em favor do município de Curitiba, condenando-se a requerida ao pagamento das despesas processuais e dos honorários que saberá fixar.

Requer, por derradeiro, a produção de todas as provas admitidas em lei e que, se for o caso, especificará no momento adequado.

Atribui à causa, exclusivamente para efeitos recursórios, o valor de Cz\$ 20.000,00 (vinte mil cruzados).

Pede Deferimento.

Curitiba, 02 de setembro de 1986.

(a) ANTÔNIO MORIS CURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Odeni Villaca Mongruel, DD. Secretário de Estado para a Política Habitacional, solicitando estudos técnicos no conjunto habitacional "Dr. Milton Luiz Pereira" de Campo Mourão, onde se verifica o desabamento de algumas paredes de casas do referido conjunto habitacional.

Sala das Sessões, em 22.06.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

Recebemos um pedido do Presidente da Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional "Dr. Milton Luiz Pereira", da cidade de Campo Mourão, Sr. Júlio Vieira, dando conta de diversos problemas com as residências daquele local, onde haveria inclusive desabamento e rachaduras em paredes, além de outros problemas que podem ser em conseqüência da construção.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Álvaro Dias, DD. Governador do Estado, solicitando apoio financeiro para manutenção do funcionamento da C.E.U. - Casa do Estudante Universitário, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 22.06.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A CEU - Casa do Estudante Universitário, atende centenas de estudantes universitários de baixa renda, da Capital e do

Interior do Estado.

Tradicionalmente, a CEU desempenha um trabalho de grande relevância ao povo paranaense, especialmente aos estudantes carentes ou cujas famílias não dispõem de recursos para mantê-los na Capital, fornecendo-lhes habitação e alimentação a preços acessíveis.

Sendo assim, é uma questão de manter a tradição de funcionamento de uma entidade que defende interesses estudantis e propicia uma chance concreta aos estudantes carentes de prosseguirem e concluírem seus estudos superiores.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja enviado expediente ao ilustre Governador do Estado do Paraná, Sr. Álvaro Fernandes Dias, e aos Secretários de Estado da Educação e Cultura, Professor Belmiro Valverde Jobim Castor, e da Cultura e Esporte, Sr. Edson Gradia, solicitando a construção de uma quadra de esportes na escola estadual do Bairro da Usina de Bandeirantes, no município de Bandeirantes.

Sala das Sessões, em 22.06.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

JUSTIFICATIVA:

Tal reivindicação emana da vontade de todos os alunos e professores daquela escola, visto que os mesmos há vários anos já vêm solicitando tal benefício, tendo inclusive já apresentado projeto da obra às autoridades competentes, sem receber qualquer resposta referente ao assunto.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal de Bandeirantes, Câmara de Vereadores e ao Professor Nelson Girardi, que é o autor do pedido a nós enviado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja enviado expediente ao ilustre Governador do Estado do Paraná, Sr. Álvaro Fernandes Dias, e aos Secretários de Estado da Educação e Cultura, Professor Belmiro Valverde Jobim Castor, e da Cultura e Esporte, Sr. Edson Gradia, solicitando a construção de uma quadra de esportes na escola estadual do Bairro Água da Boa Pas-

tora, no município de Bandeirantes.

Sala das Sessões, em 22.06.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

JUSTIFICATIVA:

Tal reivindicação emana da vontade de todos os alunos e professores daquela escola, visto que os mesmos há vários anos já vêm solicitando tal benefício, tendo inclusive já apresentado projeto da obra às autoridades competentes, sem receber qualquer resposta referente ao assunto.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal de Bandeirantes, Câmara de Vereadores e ao Vereador Dr. Ilton de Souza Guerra, que é o autor do pedido a nós enviado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja enviado expediente ao ilustre Governador do Estado do Paraná, Sr. Álvaro Fernandes Dias, e aos Secretários de Estado da Educação e Cultura, Professor Belmiro Valverde Jobim Castor e da Cultura e Esporte, Sr. Edson Gradia, solicitando a reforma total na quadra de esportes na Escola Estadual do Distrito Nossa Senhora da Candelária, no município de Bandeirantes.

Sala das Sessões, em 22.06.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

JUSTIFICATIVA:

A referida quadra de esportes foi construída há vários anos, e encontra-se em precárias condições, o que desvirtua sua finalidade, prejudicando a prática desportiva e tem gerado reclamos dos alunos e dos interessados em sua utilização, pois trata-se de um local esportivo único no Distrito que atende a escola estadual e a população daquela região.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara de Vereadores e em especial ao Vereador José Elias do Carmo, que foi o autor do pedido.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja enviado expediente ao ilustre Governador do Estado do Paraná, Sr. Álvaro Fernandes Dias, e aos Secretários de Estado da Educação e Cultura, Professor Belmiro Valverde Jobim Castor, e da Cultura e Esporte, Sr. Edson Gradia, solicitando o

término da construção da quadra de esportes da Escola Estadual Lourenço Ormenezi, localizada no Bairro Ormenezi, no município de Bandeirantes.

Sala das Sessões, em 22.06.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

JUSTIFICATIVA:

A referida quadra de esportes foi iniciada há vários anos e até a presente data não foi concluída, por motivos alheios ao conhecimento desse Parlamentar, mas há necessidade urgente de sua conclusão ou reconstrução, pois os únicos prejudicados são os alunos e os interessados na sua utilização, os quais nunca puderam usufruí-la.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara de Vereadores de Bandeirantes e ainda ao ilustre Vereador Olívio Miotto, que é o representante do Bairro e autor do pedido.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja enviado expediente ao ilustre Governador do Estado, Sr. Álvaro Fernandes Dias e ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Antônio Lopes de Noronha, no sentido de ser criado junto ao Colégio Positivo, no bairro do Champagnat, um módulo policial com a finalidade de dar maior segurança aos alunos daquela escola e de toda a região.

Sala das Sessões, em 22.06.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA

JUSTIFICATIVA:

A referida solicitação se faz em função de que estudam na escola mencionada, mais de três mil alunos, e ultimamente vem ocorrendo freqüentes assaltos às crianças que transitam naquele local, deixando-as em estado de alerta e de preocupação, pois a intranquilidade e a insegurança estão reinando naquele espaço da Cidade.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal de Curitiba, Câmara de Vereadores e ao Diretor do Colégio Positivo, em busca de apoio ao presente pedido.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja enviado expediente ao ilustre Secre-

tário de Estado dos Transportes, Dr. Heinz Georg Herwig, a fim de que se faça os estudos necessários para ampliação do programa RODOVIAS RURAIS, a ser instalado pelo Governo do Estado, para o município de Bandeirantes, pois é um Município com mais de 500 km de estradas rurais, daí o programa poder ser estendido para atender os agricultores dos bairros do Juca do Batista, Água das Perobas e Perobinhas, locais de grande população rural e região de grande produção agrícola, o que sem sombra de dúvidas atende a vontade dos habitantes que lá residem, conforme demonstra o documento anexo que nos foi enviado pelo Vereador Sérgio Mendes Vilela.

Do presente, requer se dê conhecimento à Câmara Municipal de Bandeirantes e em especial ao Vereador Sérgio Mendes Vilela.

Sala das Sessões, em 22.06.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

REQUERIMENTO N. 902-157/87

Assunto: Requer providências à Secretaria dos Transportes

Autoria do Vereador: Sérgio Mendes Vilela

TEOR DO REQUERIMENTO

Senhor Presidente, Srs. Vereadores:

O Edil subscritor, na forma regimental, REQUER que, após ouvido o Douto Plenário, seja oficiado ao Sr. Heinz Georg Herwig, DD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando que Sua Excelência, em consonância com o abaixo-assinado que segue incluso, estude a viabilidade de programar o asfaltamento, dentro do Programa de RODOVIAS RURAIS, encetado pelo Governo Estadual, no trecho de dez quilômetros, ligando Bandeirantes aos Bairros Juca Batista, Água das Perobas e Perobinhas, neste Município.

Tem conhecimento o autor, através de informações oficiais, da disposição do Governo em efetuar a pavimentação asfáltica dos trechos Bandeirantes - Distrito Nossa Senhora da Candelária e Bandeirantes - Bairro Ormenezzi, que serão beneficiados futuramente com a implementação daquele programa.

Sabedores dessa situação, os moradores dos bairros que servem de objeto ao presente, gestenam através deste vereador, no afã de conseguir igual benefício.

Levando-se em conta que os bairros em questão detêm considerável contingente demográfico, constituindo-se em região agrícola onde impera a policultura, "data vênica" deve a Pasta competente avaliar tal condição quando da autorização da obra, estendendo o benefício até o trajeto já citado.

A rodovia pretensamente beneficiada, que aqui se postula, é via de escoamento

da safra agrícola, sofrendo constantemente com as intempéries, razão pela qual se afigura justa a reivindicação.

Requer finalmente, que cópias do presente sejam encaminhadas ao DD. Governador do Estado, Álvaro Dias, ao MD. Prefeito Municipal, João do Carmo Santiago, e aos Deputados Estaduais Valderi Mendes Vilela e Hermas Eurides Brandão, a fim de que gestionem para a consecução do intento.

Termos em que,

P. E. Deferimento.

Bandeirantes, 20.05.87.

(a) SÉRGIO MENDES VILELA

Vereador

Anexo abaixo-assinado com 120 assinaturas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja enviado expediente ao ilustre Secretário de Estado da Política Habitacional, Dr. Odeni Villaca Mongruel, no sentido de viabilizar a construção de cinquenta casas, as quais deverão ser construídas pelo regime de mutirão, no município de Itambará, podendo ser firmados convênios necessários, através de consulta prévia ao Sr. Prefeito Municipal, José Xavier de Barros, o qual temos certeza tem interesse na construção das referidas casas, tendo em vista a necessidade de se abrigar as famílias que ainda não possuem tal benefício.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores de Itambaracá.

Sala das Sessões, em 22.06.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja enviado expediente ao ilustre Secretário de Estado da Política Habitacional e Diretor-Presidente da COHAPAR, Dr. Odeni Villaca Mongruel, no sentido de viabilizar a construção de cinquenta casas, as quais deverão ser construídas pelo Sistema Financeiro de Habitação, através da COHAPAR, no município de Itambará, podendo ser firmados convênios necessários, através de consulta prévia ao Sr. Prefeito Municipal, José Xavier de Barros, o qual temos certeza tem interesse na construção das referi-

das casas, tendo em vista a necessidade de se abrigar as famílias de baixa renda que ainda não possuem tal benefício.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores de Itambaracá.

Sala das Sessões, em 22.06.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja enviado expediente ao DD. Diretor do DETRAN do Paraná, Dr. Jesus Sarrão, solicitando a instalação de Posto de Exame Psicotécnico na Cidade de Bandeirantes para atendimento aos interessados locais e da região, visto ter Bandeirantes uma CIRETRAN e ser centro de uma pequena região.

Sala das Sessões, em 22.06.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA

JUSTIFICATIVA:

A referida solicitação se faz em função de que Bandeirantes conta com mais de quarenta e um mil habitantes, sendo pólo de vasta região agroindustrial, contando com escola superior - Fundação Faculdade de Agronomia "Luiz Meneghel", com centenas de alunos de todos os recantos do País, mercê do gabarito do seu ensino, com destaque no cenário educacional do País.

A fertilidade do seu solo somente é comparável às terras pretas da Ucrânia.

Coloca-se em plano de relevância no âmbito da arrecadação de tributos ao erário estadual.

A florescência do seu parque industrial e do comércio, em franca e próspera atividade, centraliza a população de cidades circunvizinhas, num número superior a cento e cinquenta mil pessoas, cuja significativa parcela para ali acorre em busca das mais diversas atividades.

Ainda assim, os interessados em conseguir Exame Psicotécnico, são obrigados a se dirigir à cidade de Cornélio Procopio, onde somente aos sábados são efetuados os exames.

Tal situação traz enormes transtornos àquelas pessoas, que, além do prejuízo pecuniário, são obrigados a se deslocarem até aquela cidade para conseguirem seus objetivos, sendo que, invariavelmente, são obrigados também a retornar em função do grande número de atendimento.

Assim, são corriqueiros os reclamos desse representativo segmento da comunidade regional que se aflige com a despesa acarretada e a flagrante perda de tempo.

Destarte, se afigura justo que o ilus-

tre destinatário, atentando para os fatos e dados já expostos, na nossa condição de pólo geodemográfico-econômico, promova gestões no afã de que seja instalado um Posto de Exame Psicotécnico no Município, atendendo assim o interesse dos motoristas e como fator de descentralização de serviços, o que, sem sombra de dúvidas, trará economia de tempo e dinheiro a ambas as partes.

Somente a título de ilustração, aventa-se a possibilidade da colaboração após providências de estilo, do Executivo Municipal e da Fundação Faculdade de Agronomia "Luiz Meneghel", no tocante à disposição de psicólogos e técnicos habilitados para a prestação desse serviço.

Requer que, do presente, se dê conhecimento ao Vereador Sérgio Mendes Vilela, autor do pedido, ao Prefeito Municipal de Bandeirantes, Câmara de Vereadores de Bandeirantes e ao Diretório do PMDB de Bandeirantes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja enviado expediente ao ilustre Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, ao Presidente da Comissão de Sistematização da Constituinte, Senador Afonso Arinos, e ao Relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, Deputado Bernardo Cabral, no sentido de ver incluído nos trabalhos da atual Assembléia Nacional Constituinte, as seguintes propostas:

1. elaborar sua própria Lei Orgânica;
2. Autonomia para criar Imposto Social (ou Taxa Social);
3. Autonomia para recorrer ao STF quando houver inconstitucionalidade de Leis;
4. Imunidade ao Vereador quando ameaçado em suas proposições feitas na Tribuna da Câmara;
5. Assegurar ao Vereador o direito de assumir cargo de confiança fora da Administração Municipal.

Sala das Sessões, em 22.06.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA

JUSTIFICATIVA:

O Município - uma comunidade surgida do agrupamento da população, situada em uma determinada localidade, gerando fatores de ordem econômica, contribuindo para o surgimento de uma forma de vida social organizada.

E. como fonte dessa comunidade, é um

embrião do Estado. Antecedendo a este (o Estado), também por este é assegurado o direito de autonomia (inciso I do artigo 15 da atual Constituição Federal e artigo 105 da Constituição do Estado do Paraná).

Hoje o Município está limitado a administrar as suas dívidas e tentar minimizar os problemas da população de forma paternalista, fatos esses que a realidade atual já não mais admite, pois a União, através de Leis Ordinárias, fere constantemente a autonomia dos municípios, que é assegurada na Carta Magna, centralizando em suas mãos poderes absolutos, em detrimento da referida autonomia dos municípios.

Assim sendo, o município só existe na Lei, como também sustenta o grande jurista Pontes de Miranda. Hoje, o município é controlado pelo Estado, através de uma Lei Orgânica que a União impõe em forma de "xerocópia única", para aproximadamente 4.200 municípios brasileiros, sem respeitar as peculiaridades de cada circumscrição. É uma descarada violação desrespeitosa, inclusive aos direitos naturais que surgiram com costumes e hábitos distintos, pois sabe-se que nem tudo o que é bom para um, sempre serve para outro município. vice-versa.

Entendemos ser necessário devolver a autonomia aos municípios brasileiros. Por isso, desfraldamos a bandeira que não pode ser abandonada no campo da luta.

O sentimento de autonomia se apóia sobretudo, na crença dos valores espirituais do nosso povo, no culto dos nossos valores históricos e culturais, razão maior da nossa nacionalidade.

Do presente, requer se dê conhecimento a todos os Deputados Federais e Senadores do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente à Superintendência de Abastecimento - SUNAB, sugerindo a agilização na liberação da Portaria que estabelece o tabelamento dos preços dos produtos da cesta básica, para que, desta forma, a Delegacia desse mesmo órgão, no Paraná, tenha condições de atuar junto aos comerciantes para normalizar a venda dos mesmos, com especial destaque à farinha de trigo - hoje desaparecida.

Requer ainda, que da decisão da Casa seja dada ciência à Delegacia da SUNAB no Paraná.

Sala das Sessões, em 22.06.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

A população paranaense está enfrentando uma crise de abastecimento de farinha

de trigo e derivados que em muito prejudica seu dia-a-dia.

Essa situação foi causada pela não liberação da nova tabela de preços para a farinha de trigo e seus derivados no varejo, enquanto o preço no atacado já está majorado desde o último dia 12, quando foi abolido o subsídio do trigo.

Isto fez com que os varejistas deixassem de comprar os produtos, ao mesmo tempo que retiveram seus estoques à espera de preços maiores.

Este requerimento se prende ao fato de que, apesar do grande esforço empreendido pela Delegacia da SUNAB, em nosso Estado, no desempenho de um trabalho incessante e digno na busca da solução dos grandes problemas do momento, a mesma vem enfrentando sérias dificuldades por não contar ainda com a tabela oficial de preços da referida cesta.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador Álvaro Dias, solicitando a inclusão no orçamento de uma das Secretarias de Estado, de uma verba exclusiva para a manutenção das oito moradias estudantis do Paraná.

Requer, ainda, que seja dada ciência da decisão da Casa às diretorias das referidas entidades, através da Secretaria Nacional das Casas de Estudantes, na pessoa de seu Coordenador para este Estado, Aguiinaldo Purificação.

Sala das Sessões em 22.06.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Desembargador Mário Lopes dos Santos, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, consubstanciado em solicitação para que, através da Comissão Permanente de Organização e Divisão Judiciária, seja qualificado em Distrito Judiciário o Distrito Administrativo de São Marcos, criado pela Lei n. 8429, de 12 de dezembro de 1986, no Município de São José dos Pinhais, Comarca de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 22.06.87.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O Distrito Administrativo de São Marcos, no município de São José dos Pinhais, criado pela Lei n. 8429, de 12 de dezembro de 1986, apresenta um desenvolvimento pro-

missor nos mais diversos aspectos.

Conta com infra-estrutura de serviços e condições sócio-econômicas que justificam perfeitamente a sua estruturação como Distrito Judiciário.

A presente solicitação encontra amparo legal no que dispõe o Art. 27, da Lei 8280, de 24 de janeiro de 1986.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Desembargador Mário Lopes dos Santos, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, consubstanciado em solicitação para que, através da Comissão Permanente de Organização e Divisão Judiciária, seja qualificado em Distrito Judiciário o Distrito Administrativo de Borda do Campo de São Sebastião, criado pela Lei n. 8431, de 12 de dezembro de 1986, no Município de São José dos Pinhais, Comarca de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 22.06.87.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O Distrito Administrativo de Borda do Campo de São Sebastião, no Município de São José dos Pinhais, criado pela Lei n. 8431, de 12 de dezembro de 1986, apresenta um desenvolvimento promissor nos mais diversos aspectos.

Conta com infra-estrutura de serviços e condições sócio-econômicas que justificam perfeitamente a sua estruturação como Distrito Judiciário.

A presente solicitação encontra amparo legal no que dispõe o Art. 27, da Lei 8280, de 24 de janeiro de 1986.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, solicitando a isenção do Imposto de Circulação de Mercadorias - ICM, quando da aquisição de veículos automotores que se prestem para o serviço de táxi.

Sala das Sessões, em 22.06.87.

(a) NESTOR BAPTISTA

Líder do Governo

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento fundamenta-se no fato de o serviço de táxi, entendido como complementação dos meios de transportes, poder ser considerado como de relevante importância, na atividade fim a que se destina. Sob outro aspecto, verifica-se que é atividade geradora de empregos, da

qual depende, direta e indiretamente, um considerável número de pessoas em todo o Estado.

Ao se proceder à análise da atual conjuntura econômica com que o Paraná se encontra no contexto do País, chega-se à conclusão de que, ao ser retirada tal tributação, permitir-se-ia que um maior número de pessoas que pretendem se iniciar na atividade, tenha esta condição, com um conseqüente reflexo sócio-econômico tão necessário nesta etapa do desenvolvimento do Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de ofício ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Educação, Professor Belmiro Valderde Jobim Castor, solicitando as necessárias providências no sentido de que seja doado ou mandado instalar um telefone na Escola Estadual "Lysímaco Ferreira da Costa", Ensino de Primeiro Grau, da Cidade de Paranapoema, neste Estado.

Sala das Sessões, em 22.06.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

Líder do PFL.

JUSTIFICATIVA:

A presente reivindicação reflete não só o desejo, como, e principalmente, a necessidade que tem a direção, os professores, os funcionários e os próprios alunos da Escola Estadual Lysímaco Ferreira da Costa, de Paranapoema, de contar com um telefone naquele estabelecimento de ensino, conforme bem assinalado em correspondência endereçada a este Parlamentar.

De acordo com o mesmo expediente, promessa nesse sentido existe de longa data, sem que, até agora, tenha se concretizado.

Ressaltar a importância e a validade do pleito, é de todo desnecessário. Afinal, o telefone, nos dias atuais, não é simplesmente complemento, objeto de luxo. Ao contrário, é um grande auxiliar, especialmente para quem vive no Interior e dele tem que se utilizar com frequência para a solução de problemas, quase sempre inesperados ou imprevisíveis, como acontece em qualquer escola.

Daí, a certeza de que o Sr. Secretário de Estado da Educação saberá dar à reivindicação, a atenção e o atendimento que ela, sem dúvida, merece.

ESTADO DO PARANÁ

COLÉGIO ESTADUAL

LYSÍMACO FERREIRA DA COSTA

ENSINO DE PRIMEIRO GRAU

PARANAPOEMA - PARANÁ

Excelentíssimo Senhor

Basílio ZANUSSO

DD. Deputado Estadual
CURITIBA - PR

Prezado Senhor:

Através do presente, nós, Direção, professores e funcionários da Escola Estadual Lysímaco Ferreira da Costa, Ensino de Primeiro Grau, de Paranapoema, Estado do Paraná, por intermédio deste, vimos a Vossa Senhoria, mais uma vez, solicitar seus préstimos no sentido da sua interferência junto aos órgãos competentes para que nos seja doado, ou fornecido, um aparelho telefônico para este estabelecimento de ensino, o qual já nos foi prometido várias vezes e até o presente ainda não nos foi agraciado, pois para o estabelecimento é de grande importância e serventia.

Certos de que seremos atendidos em nossas pretensões e que seremos prontamente atendidos por Vossa Senhoria, aqui reiteramos as nossas

Cordiais Saudações.

Paranapoema, 12.06.87.

(a) DELZIRO DELÁZARI

Diretor Geral.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, Álvaro Dias, solicitando a instauração de uma Auditoria Geral Interna, em todos os órgãos da Administração do Estado.

Sala das Sessões, em 22.06.87.

(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

O Governador Álvaro Dias, vem demonstrando a todo o Paraná, a sua intenção de realizar um governo de austeridade e competência, e no entanto, vem encontrando obstáculos em sua administração, em virtude das fraudes em certas empresas do Estado, como os recentes casos da PROMOPAR e IAM, além de diversas empresas estatais, utilizarem o "caixa 2", que é ilegal e imoral e estimula a possibilidade de fraude.

Para que essas irregularidades, existentes na administração pública, sejam sanadas, o Governo dê continuidade ao seu plano de austeridade, a fórmula mais prática é a realização imediata do que ora pleiteamos, ou seja, a realização urgente de uma Auditoria Geral Interna em todos os órgãos da Administração Pública Estadual.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Paulino José Delazeri, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Diretoria Regional

do DENTEL, com escritório em Curitiba, solicitando estudos para viabilizar a implementação de comunicação para Viação Agrícola, através de uma faixa de frequência em VHF.

Sala das Sessões, em 22.06.87.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI

JUSTIFICATIVA:

No Paraná verificamos um grande contingente de produtores rurais utilizando pequenas aeronaves para locomoção e aplicação de defensivos agrícolas, isto está sendo feito de forma ineficiente e sem qualquer estrutura de comunicação, decorrente dos altos custos operacionais, o que vem trazendo sérios prejuízos ao meio ambiente.

A instalação dessa faixa de frequência viria ao encontro dos interesses do governo e da sociedade, preocupados na preservação da fauna e da flora.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Ilustríssimo Sr. Diretor-Presidente das Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, Dr. Gilberto Geraldo Garbi, solicitando estudos para viabilizar a instalação de um telefone público para a Vila Santo Antônio, de preferência à Rua Sezumo, 273, Ibaiti-PR.

Pede, ainda, envio do presente ao Vereador Geiel Heidgger Ferreira, Câmara Municipal, Ibaiti/PR.

Sala das Sessões, em 22.06.87.

(a) LUIZ ANTÔNIO SETTI

JUSTIFICATIVA:

O presente expediente é apresentado baseando-se nas inúmeras reivindicações dos moradores da Vila Santo Antônio, considerando a inexistência de telefone público naquela localidade, ocasionando por sua vez uma série de transtornos e dificuldades, especialmente nos casos emergenciais, em que qualquer tipo de comunicação é indispensável.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Odeni Villaca Mongruel, DD. Secretário de Estado para a Política habitacional, solicitando a não aplicação do critério de "gatilho" para os aumentos das prestações da casa própria, tendo em vista que a maioria dos trabalhadores não está recebendo aumentos salariais correspondentes às detonações do "gatilho salarial", sendo necessário, portanto, o estudo individual

de cada caso.

Sala das Sessões em 22.06.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O critério adotado pela COHAPAR, para aumentar os valores das prestações da casa própria, de acordo com os disparos dos "gatilhos salariais" não deve ser adotado, porque a maioria dos trabalhadores, principalmente do Interior do Estado, não está recebendo os aumentos correspondentes às detonações do gatilho.

Numa situação em que nem mesmo o funcionalismo público estadual recebe em dia os aumentos salariais referentes aos "gatilhos", o critério torna-se inviável.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Dr. Belmiro Valverde Jobim Castor, Secretário de Estado da Educação, para que autorize à TELEPAR, a instalação de um aparelho telefônico na Escola Estadual Dr. Prudente de Moraes, no município de Paigandu.

Tal solicitação prende-se ao fato de que a aludida escola, ao manter contatos com a Inspeção, autoridades municipais e estaduais, órgãos públicos, tem que recorrer a empréstimos de telefones particulares, ocasionando transtornos diversos.

Sala das Sessões, em 22.06.87.

(a) FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, para que, através da SANEPAR, estude a possibilidade da inclusão, como obra prioritária para atendimento a curto prazo, a implantação do Sistema de Abastecimento de Água na localidade de Iratim, no Município de General Carneiro, cuja obra consta do programa de atendimento à mini-comunidade do PRÓ-RURAL.

Sala das Sessões, em 22.06.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

A localidade de Iratim, no Município de General Carneiro, conta hoje com mais de cinquenta residências, além de uma indústria madeireira de porte médio, que necessitam do serviço de abastecimento de água.

A obra consta do programa de atendimento à mini-comunidade do PRÓ-RURAL, razão porque, atendendo pedido do Excelen-

tíssimo Sr. Prefeito Municipal, bem como dos vários segmentos da comunidade local, intercedemos que sejam determinados estudos para a inclusão como obra prioritária, no atendimento a curto prazo.

Trata-se de um dos municípios da Região com progresso delineado, que atravessa fase de grande desenvolvimento econômico, urbanístico e social, graças ao desenvolvimento de sua gente, tendo à frente o Prefeito Joelcy Marcos Lammel, daí a firmeza de trabalho e o progresso de toda a sua população.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de ofício ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, Álvaro Dias, solicitando suas determinações, junto ao Instituto de Previdência do Estado - IPE, no sentido de que seja atendida a reivindicação do Núcleo da Associação dos Professores do Paraná, em Paranavaí, quanto à instalação de uma farmácia e a extensão do atendimento odontológico aos servidores do Estado, residentes naquele e em outros Municípios da Região.

Sala das Sessões, em 22.06.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSO
Líder do PFL.

JUSTIFICATIVA:

A reivindicação do Núcleo da APP, em Paranavaí, já foi formalizada junto ao IPE.

Todavia, até o momento, nenhuma providência concreta adotou o referido Instituto, no sentido de atender ao reclamo, não só dos professores, como de todos os servidores públicos residentes em Paranavaí e em municípios da Região, como Marilena, Terra Rica, Amaporã, Nova Londrina e outros.

Em razão disso, segundo correspondência daquele Núcleo ao ilustre Deputado Federal, Dionísio Assis Dal Prá, repassada a este Parlamentar, os subscritores do abaixo-assinado encaminhado ao IPE, aguardam com ansiedade e angústia o atendimento do seu pleito.

Na verdade, trata-se de medida de justiça, pois é sabido que em outros centros contam os servidores públicos, tanto com farmácias, como também com o atendimento odontológico. E conseguem, com isso, uma certa retribuição à contribuição que mensalmente lhes é descontada em folha.

Justo, pois, seria que os servidores da Região de Paranavaí, compreendendo os vários municípios, também pudessem desfrutar desses mesmos benefícios. Afinal de contas, esses servidores igualmente contribuem religiosamente para com o IPE,

privando-se de importâncias que chegam a pesar em seu já minguado orçamento. No caso específico dos professores, então, o peso dessa contribuição chega a ser ainda maior, uma vez que ela pode incidir sobre os dois padrões.

Diante de tais considerações é de crer e mesmo de se esperar, que o Excelentíssimo Sr. Governador do Estado acolha a reivindicação, determinando, de imediato, ao IPE, a adoção das medidas e providências que se fizerem necessárias à instalação de uma farmácia em Paranavaí, assim como a extensão do atendimento odontológico aos servidores e segurados daquele município e de outros da Região.

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO PARANÁ - APP
Ofício n. 16/87

Paranavaí, 30.04.87.

Excelentíssimo Sr.
Deputado Federal
Dionísio A. Dal Prá

Excelentíssimo Senhor:

Encaminhamos pelo presente, solicitação dos professores de Paranavaí e região, no sentido de que seja reivindicado por Vossa Excelência aos órgãos competentes, uma farmácia e atendimento odontológico do IPE para este Município.

Este pedido prende-se ao fato de que em cada padrão é descontado dos vencimentos do Professor, a importância de Cz\$ 1.000,00, aproximadamente, sem no entanto, haver um atendimento adequado deste órgão. Um professor com dois padrões tem descontado quase Cz\$ 2.000,00 por mês, isto é, paga o IPE duas vezes, além de contar com poucos médicos credenciados, não há atendimento odontológico e nenhuma farmácia a seu dispor.

Os professores estão indignados ao verem tanto desconto no seu olerite, sem poder desfrutar do dinheiro que é empregado neste órgão.

Certos do empenho de Vossa Excelência no atendimento de nossas solicitações, desde já agradecemos.

(a) AUZILIA BANA DA SILVA
Presidente da APP - Paranavaí

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO PARANÁ
NÚCLEO DE PARANAVAÍ

Ao Superintendente do IPE:

Nós, professores da Rede Estadual de Ensino, vimos por meio deste expor e por fim solicitar o que se segue:

Considerando a dificuldade de locomoção para centros maiores para obtenção de certos benefícios deste órgão;

Considerando a extensão desta região;
E por fim, considerando a importância

desta categoria, vimos solicitar que seja viabilizado para Paranavaí - Município Sede do núcleo da Associação dos Professores, atendimento odontológico, bem como implantação de uma farmácia, para que o contribuinte seja melhor servido e possa desfrutar da quantia que lhe é descontada todo mês.

Atenciosamente,

(assinam 310 professores).

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Álvaro Dias, Governador do Estado do Paraná, solicitando autorização para a construção de muro da Escola Rural Municipal Marcílio Periotto, localizada no Bairro Andreotti, em Mandaguapu.

A referida escola está edificada próximo à BR que liga a estrada de Atalaia a Ângulo, e a aprovação do muro virá beneficiar e trazer maior segurança aos alunos.

Sala das Sessões, em 22.06.87.

(a) FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Álvaro Dias, Governador do Estado do Paraná, solicitando auxílio financeiro na ordem de Cz\$ 250 mil, para aquisição de terreno onde será criada a Escola da APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) do Município de Mandaguari, visando atendimento a alunos do Município e da Região.

Sala das Sessões, em 22.06.87.

(a) FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Álvaro Dias, Governador do Estado do Paraná, solicitando gestões para a implantação de um escritório da COPEL, no Município de Presidente Castelo Branco.

O Município não conta com atendimento bancário, o que causa enormes dificuldades no sentido de quitar as tarifas elétricas, pois a população necessita deslocar-se até os municípios vizinhos.

Sala das Sessões, em 22.06.87.

(a) FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado à FUNDEPAR, solicitando seja providenciado material e equipamentos para o funcionamento do escritório Modelo, exigido pela habilitação, no Colégio Estadual Castelo Branco, Ensino de Primeiro e Segundo Graus, no Município de Presidente Castelo Branco.

Esta é uma reivindicação da Professora Célia Maria Faccin, Inspetora Estadual de Educação, que não vê possibilidades de continuidade dos trabalhos sem a montagem do referido escritório.

Sala das Sessões, em 22.06.87.

(a) FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Sr. Dr. Delcino Tavares da Silva, Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, solicitando seja firmado convênio com a Prefeitura Municipal de Marialva, para que sejam implantados dois mini-postos de saúde, no Município, sendo um no Conjunto Habitacional Marialva I e outro no Distrito de Santa Fé do Pirapó, a fim de melhor atender assistencialmente a população carente, que não é pequena, nessas duas localidades.

Sala das Sessões, em 22.06.87.

(a) FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja inserido na Ata dos Trabalhos da presente sessão, o inteiro teor do ofício enviado pela Câmara Municipal de Bandeirantes, a pedido do nobre vereador Aparecido Ribeiro Richter, onde em resumo pede providências à Federação Paranaense de Futebol, visando coibir futuros abusos no futebol paranaense, iguais aos fatos ocorridos no dia 31 de maio de 1987, na Cidade de Cambará, prejudicando a equipe do União Bandeirantes Futebol Clube.

Do presente, requer se dê conhecimento à Câmara Municipal de Bandeirantes, e ao Vereador Aparecido Ribeiro Richter, que é o autor do pedido.

Sala das Sessões, em 22.06.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 108/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CASCAVEL, com sede e foro no município de Cascavel.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.06.87.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de Utilidade Pública vem prestando relevantes e inestimáveis serviços aos trabalhadores rurais daquela região, com a promoção de distribuição de medicamentos e agasalhos, na medida de suas possibilidades, além do atendimento médico e odontológico a um grande contingente de trabalhadores e pequenos agricultores.

Anexamos ao presente Plano de Lei a documentação necessária para sua tramitação, atendendo o que preceitua a Lei n. 6.994, de 10 de janeiro de 1978, esclarecendo que nos estatutos da entidade, devidamente registrado, fica estabelecida a obrigação de gratuidade no exercício dos cargos da Diretoria.

Assim sendo, esperamos o apoio e consequente aprovação dos nobres Pares, com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N. 109/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO COOPERATIVISTA PARA O TRABALHO EM OBRAS SOCIAIS - ACTOS", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.06.87.

(a) CÂNDIDO BASTOS.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora desejamos declarar de Utilidade Pública "ASSOCIAÇÃO COOPERATIVISTA PARA O TRABALHO EM OBRAS SOCIAIS - ACTOS", devidamente registrada em Cartório competente desde 11 de março de 1986, tendo por finalidade prestar serviços assistencial empregatício, social e filantrópico ao quadro associado e à sociedade em geral, dentro dos limites orçamentários advindos dos órgãos assistenciais, fundar uma cooperativa de consumo, onde os associados sejam protegidos da carestia, e assim melhorar o padrão alimentar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - É lida provada a Ata. Finda a leitura do

expediente, esta Presidência coloca em votação o requerimento do Sr. Governador Álvaro Dias, onde solicita a esta Casa, de conformidade com o preceito contido no artigo 22, inciso 1º, da Constituição Estadual, autorização para afastar-se do País nos dias: 3 a 5 de julho próximo, com destino a Buenos Aires, Argentina, a fim de manter contato com o Sr. Presidente Raul Alfonsín, para o trato de assuntos de interesse do Estado.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. APROVADO.

Concedo a palavra no Pequeno Expediente, ao Deputado David Cheriegate, inscrito. (Declina).

Havendo declinado e não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado José Felinto. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PMDB, dentro do Horário das Lideranças. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PT. (Ausente).

Estando ausente, consulto à Liderança do PTB. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PL. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PFL. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDT. (Declina).

Havendo declinado, está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Mensagem n. 56/87, de autoria do Sr. Governador do Estado, constante do expediente, solicitando autorização para se afastar do País, nos dias 3 a 5 de julho próximo, com destino a Buenos Aires - Argentina.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Cândido Bastos, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 04/87, que institui o concurso de prognóstico sobre o resultado de sorteio de números junto à Loteria Estadual e dá outras

providências.- Aprovado. (Publ. no D.A. n. 10, de 09.03.87).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 18/87, que visa substituir os valores de vencimentos estabelecidos pela Lei n. 8.434, de 24 de dezembro de 1986, para os cargos integrantes da carreira de Procurador da Procuradoria Geral do Estado, conforme especifica.- Aprovado. (Publ. no D.A. n. 16, de 17.03.87).

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 165/86, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JOAQUIM TÁVORA"- APAE, com sede e foro no Município de Joaquim Távora. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.- Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 188/86, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que declara de Utilidade Pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE CIANORTE", com sede e foro no Município de Cianorte.- Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.- Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 247/86, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor "JOSÉ CURY". Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.- Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 262/86, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE IBAITI", com sede no Município de Ibaíti. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.- Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 67/87, de autoria do Deputado RAUL LOPES, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Coronel da Polícia Militar DAGOBERTO DULCÍDIO PEREIRA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.- EM REGIME DE URGÊNCIA.- Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 37/87, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão Constituição e Justiça, por unanimidade, que autoriza a realização de plebiscito na área compreendida pelo atual Distrito Administrativo de Diamante D'Oeste, visando a criação do Município do mesmo nome. (Em anexo Projeto de Lei n. 126/85, de autoria dos Deputados TERCIO ALBUQUERQUE e JOSÉ A. FONSECA, que cria o Município de Diamante D'Oeste com território desmembrado do município de Matelândia

e divisas que especifica). EM REGIME DE URGÊNCIA.- Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 299/86, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que dá novas divisas ao Município de São Jorge do Patrocínio, criado pela Lei n. 7474, de 22 de junho de 1981, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. (Public. no D.A. n. 159/86, de 22.12.86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 299/86

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Ezequias Losso, tem por finalidade corrigir a descrição das divisas do Município de São Jorge do Patrocínio, de modo que venham a coincidir com as originais da Planta Gleba São Jorge, conforme cópia em anexo.

Dos termos da justificativa pode-se verificar a necessidade da medida proposta, tendo em vista as dificuldades encontradas para solucionar assuntos pertinentes aos direitos sobre a área de terras que ficou erroneamente deslocada, procurando-se assim evitar os litígios territoriais que porventura venham a ocorrer.

Além disso, de acordo com a nova redação dada ao artigo 6.º da Lei Complementar n. 01, de 67, tem-se que: "A criação e qualquer alteração territorial do Município somente serão feitas no período compreendido entre dezoito e seis meses anteriores à data da eleição municipal"; o que é o caso desse projeto de lei.

Nestas condições, o nosso Parecer é FAVORÁVEL à aprovação do referido projeto de lei.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 19.05.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente
VALDERI MENDES VILELA - Relator.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Concedo a palavra, Pela Ordem, ao Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Sr. Presidente, eu peço que Vossa Excelência tome alguma providência no sentido de esclarecer a este Deputado, qual o setor da Assembleia Legislativa que está fazendo desaparecer projeto aprovado neste Plenário, o qual deve ser encaminhado ao Palácio para sanção do Sr. Governador, e, de repente, Sr. Presidente, misteriosamente, tem projeto aprovado aqui há quase três meses, que não chegou ao Palácio para sanção e ninguém sabe informar onde está engaveta-

do.

Então, peço a Vossa Excelência, inclusive há projetos de autoria deste Deputado em relação aos quais estou "quebrando a cabeça", tentando descobrir seu paradeiro. Alguma coisa de errado está acontecendo nesta Casa de Leis, e a bem da verdade, informo a Vossa Excelência que não é a Primeira Secretaria.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência acata sua solicitação e vai solicitar do Sr. Primeiro Secretário, que nos dê essas providências e essas informações devidas.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 006/87, de autoria do Deputado JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, que dá nova redação ao Art. 1.º, da Lei n. 8399, de 30.10.86, que cria o Município de Rosário. (Fica criado o Município de Rosário do Ivaí, com território desmembrado do Município de Grandes Rios, com sede na localidade do mesmo nome e com divisas e confrontações que especifica). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 10/87, de 09.03.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 006/87

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado José Domingos Scarpellini, tem por finalidade dar nova redação ao art. 1.º da Lei n. 8399, de 30 de outubro de 1986, que cria o município de Rosário.

No que cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça manifestar, não há nada que obste, tanto do ponto de vista legal, quanto constitucional, a livre tramitação da matéria em pauta.

Portanto, somos de opinião FAVORÁVEL e nos posicionamos pela APROVAÇÃO do citado projeto de lei.

É o PARECER.

Sala das Comissões, em 12.05.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente
VALDERI MENDES VILELA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 15/87, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 01/87), que autoriza o Poder Executivo permutar os lotes n. 04 a 07, com áreas que especifica, matriculados no Primeiro Ofício de Registro de Imóveis da Comarca da Capital, de propriedade do Estado do Paraná, pelos lotes n. 25, 26 e 14 da quadra 37, com áreas que especifica, do Ofício de Registro de Imóveis da 3.ª Circunscrição Imobiliária da Comarca da Capital, de propriedade do Sr. Alberto Abujamra. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado. (Public. no

D.A. n. 16/87, de 17.03.87, Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 15/87

P A R E C E R:

Tendo origem na Mensagem Governamental n. 01/87, o projeto de lei em exame autoriza o Poder Executivo a permutar os lotes de n. 04 a 07, de propriedade do Estado do Paraná, com áreas que especifica, devidamente matriculada no Cartório de Registro de Imóveis da Primeira Circunscrição da Capital, pelos lotes de n. 25, 26 e 14 da Quadra 37, de propriedade do Sr. Alberto Abujamra, com áreas que especifica, devidamente matriculados no Cartório de Registro de Imóveis da Terceira Circunscrição da Capital.

Apreciando a proposição, constatamos a inexistência de óbice legal ou constitucional a impedir a normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, e convencidos pela justificativa que acompanha a iniciativa de que o Estado do Paraná não sofrerá nenhuma perda na transação, opinamos favoravelmente à aprovação da matéria.

Sala das Comissões, em 28.04.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente
JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N. 015/87

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame origina-se da Mensagem governamental n. 01/87, e autoriza o Poder Executivo permutar os lotes n. 04 a 07, matriculados no Primeiro Ofício de Registro de Imóveis da Comarca da Capital, de propriedade do Estado do Paraná, pelos lotes n. 25, 26 e 14 da Quadra n. 37, matriculados no Cartório de Registro de Imóveis da Terceira Circunscrição da Capital, de propriedade do Sr. Alberto Abujamra.

Objeto de apreciação por parte da douta Comissão de Constituição e Justiça, recebeu da mesma o necessário Parecer Favorável.

A medida não demanda aumento de despesa, não significando, de igual forma, qualquer perda para o Estado do Paraná.

Conforme a justificativa que acompanha o referido projeto de lei, "o Estado irá receber áreas de terreno que permitirão a ampliação das instalações do Hospital da Polícia Militar do Estado do Paraná, e com isso, a prestação de melhor atendimento aos integrantes daquela Corporação".

A matéria não possui, portanto, qualquer impedimento de natureza financeira.

Neste sentido, manifestamos o nosso Parecer Favorável, opinando pela aprovação do referido Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 21.05.87.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO - Presidente
CÂNDIDO BASTOS - Relator

Comissão de Terras, Imigração
e Colonização

PROJETO DE LEI N. 015/87

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em anexo, oriundo da Mensagem Governamental n. 01/87, que autoriza o Poder Executivo a permutar os lotes ns. 04, 05, 06 e 07 de propriedade do Estado do Paraná, matriculados no 1.º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba, pelos lotes ns. 25, 26 e 14 da quadra 37, de propriedade do Senhor Alberto Abujamra, matriculados no Cartório de Registro de Imóveis da 3.ª Circunscrição de Curitiba.

Apreciados pelas Doutas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, obteve parecer favorável das mesmas.

Assim sendo, visto que a matéria atende os interesses da Administração Estadual, contribuindo para uma melhor alocação dos imóveis do Estado, opinamos favoravelmente pela APROVAÇÃO do referido Projeto de Lei.

Sala das Comissões, em 02.06.87.

(aa) DOMINGOS SCARPELLINI

Presidente

PAULINO JOSÉ DELAZERI

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 016/87, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 02/87), que objetiva conceder à ex-funcionária pública estadual Aline Teixeira Herbst, pensão mensal equivalente a 1,5 (um e meio) salário mínimo. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.F., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. n. 16 de 17.03.87).

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N. 016/87

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental n. 02/87, o Projeto de Lei em exame, objetiva conceder à ex-funcionária pública estadual Aline Teixeira Herbst, pensão mensal equivalente a 1,5 (um e meio) salário mínimo.

Conforme a justificativa que acompanha a matéria, a medida é plenamente justa e oportuna, pois dará condições de sobrevivência a uma ex-servidora pública, que conta hoje com a avançada idade de 81 anos.

No que se refere aos aspectos constitucionais, legais e regimentais, não encontramos qualquer impedimento ao prosseguimento do trâmite da matéria.

Assim sendo e considerando o elevado alcance de medida proposta, consideramos oportuno manifestar o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO do referido

Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.04.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

VALDERI MENDES VILELA

Relator

Comissão de Finanças

PROJETO DE LEI N. 016/87

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental n. 02/87, o presente Projeto de Lei tem por finalidade conceder a Aline Teixeira Herbst, ex-funcionária estadual, uma pensão mensal no valor equivalente a 1,5 (um e meio) salário mínimo.

O Plano de Lei em tela, em sua parte legal e constitucional, já foi devidamente examinado pela Douta Comissão de Justiça, que por seu relator, ofereceu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que obste a tramitação do referido Projeto de Lei nesta Colenda Casa, razão pela qual opinamos FAVORAVELMENTE à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.05.87.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 23/87, de autoria do Deputado Werner Wanderer, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Missal, com sede e foro na Cidade de Missal. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publicado no DA. n. 17 de 18.03.87).

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N. 023/87

P A R E C E R:

O presente Plano de Lei de autoria do nobre Deputado Werner Wanderer, visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Missal, com sede e foro na cidade de Missal.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua normal tramitação pelos demais órgãos da Casa.

Diante do exposto, nosso parecer é FAVORÁVEL, pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.05.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator

^a
1. DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 38/87, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que declara de Utilidade Pública o "Projeto Meninos de Rua de Londrina", com sede e foro no Município de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Public. no. DA. 31 de 09/04/87).

Comissão de Constituição e Justiça
PROJETO DE LEI N. 038/87

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Luiz Carlos Alborghetti, objetiva o presente Plano de Lei, declarar de Utilidade Pública o "Projeto Meninos de Rua de Londrina", com sede e foro no Município de Londrina.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua normal tramitação pelos demais órgãos da Casa.

Diante do exposto, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.05.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator

^a
1. DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 41/87, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Servidores Municipais de Icaraíma, com sede e foro no Município de Icaraíma-Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publicado no. DA. n. 34 de 15.04.87)

Comissão de Constituição e Justiça
PROJETO DE LEI N. 41/87

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do nobre Deputado Nilton Barbosa, declara de Utilidade Pública a Associação dos Servidores de Icaraíma, com sede e foro no Município de Icaraíma, Estado do Paraná.

A supracitada entidade, atende plenamente ao disposto na Lei n. 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que define as normas para declaração de Utilidade Pública.

Por tal fato, nosso parecer é FAVORÁVEL, nos permitindo ainda opinar favoravelmente pela aprovação da referida matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.05.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

EDMAR LUIZ COSTA

Relator

^a
1. DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.

65/87, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que denomina de Antônio Castro de Lima a Rodovia que liga Altônia a Iporã, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no. DA. 48, de 11.05.87.).

Comissão de Constituição e Justiça
PROJETO DE LEI N. 065/87

P A R E C E R:

O presente Plano de Lei de autoria do nobre Deputado Nilton Barbosa, tem por finalidade denominar de Antônio Castro Lima a Rodovia que liga Altônia a Iporã.

O Projeto em questão está devidamente justificado nos termos do Regimento Interno e de acordo com as normas constitucionais vigentes, nada havendo que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 26.05.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

VALDERI MENDES VILELA

Relator

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Dirceu Bagetti, ocorrido no dia 22 de junho do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Darci Rogério de Oliveira, ocorrido no dia 18 de junho do corrente ano, no Município de General Carneiro. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando dispensa da Redação Final da discussão e votação para todos os projetos de lei aprovados em 3.ª discussão e que não sofreram emendas. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 6.º aniversário do Município de São Jorge do Patrocínio. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 75/86, que dispõe sobre a alteração dos limites e confrontações do Município de Cantagalo, criado pela Lei n. 7575 de 12.05.82. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de lei n. 73/87, que declara de Utilidade Pública, a Fundação Senhora de Belém-Rádio Cultura, com sede no Município de Guarapuava. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 96/87, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede no Município de Guarapuava. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 106/87, que objetiva autorização para contratação de operações de crédito e prestação de garantias. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Caíto Quintana, Antônio Belinati, Ezequias Losso, e subscrito por demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando a constituição da Assembleia em Comissão Geral para o estudo do Projeto de Lei n. 106/87, oriundo da Mensagem n. 54/87. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando seja considerado lido o pronunciamento referente a retirada do subsídio do trigo no Estado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 261/86. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n. 071/87, que denomina Angelo Moreira da Fonseca a estrada que liga Umuarama a Ivatê. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei n. 070/87, que denomina Hênio Romagnolli a estrada que liga Umuarama a Mariluz. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Antônio Setti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da TELEPAR, visando a instalação de um telefone público para a Vila Santo Antônio, no município de Ibaiti.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Jornal "Gazeta do Povo", pela demonstração de apoio ao Programa de Estabilização de Preços. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, visando a construção do muro da Escola Rural Municipal Marcílio Periotto, no Município de Mandaguá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado encarecendo auxílio financeiro para aquisição de terreno onde será criada a Escola da APAE, do Município de Mandaguari. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, visando a implantação de um escritório da COPEL no Município de Presidente Castelo Branco. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação encarecendo a doação de material e equipamentos para o funcionamento do Escritório Modelo, exigido pela habilitação, no Colégio Estadual Castelo Branco, ensino de primeiro e segundo graus, no Município de Presidente Castelo Branco. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo seja firmado convênio com a Prefeitura Municipal de Marialva, para que seja implantado dois mini-postos de saúde no referido Município. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Diretoria Regional do DENTEL, nesta Capital, visando a implementação de comunicação para a Viação Agrícola através de uma faixa de frequência em VHF. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Chefe da Casa Militar e Chefe da Casa Civil, visando a instalação

de um escritório de representação do Comando Aéreo Regional em nosso Estado. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente, solicitando a anulação do requerimento aprovado no dia 09 de junho do corrente ano, que alterou o número de membros de sete para treze, da CPI que apura o contrabando no Porto de Paranaguá e fronteira com o Paraguai. **Em discussão.**

O SR. EDMAR LUIZ COSTA (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, solicitando a instauração de uma Auditoria Geral Interna, em todos os órgãos da administração do Estado. **Em discussão.**

O SR. EDMAR LUIZ COSTA (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, encarecendo a instalação de um telefone na Escola Estadual Lysímaco Ferreira da Costa - Ensino de 1.º Grau, no Município de Paranaíba. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, para que o mesmo determine ao IPE, seja atendida reivindicação do Núcleo da Associação dos Professores do Paraná, no Município de Paranavaí. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, visando a

dorias - ICM, quando da aquisição de veículos automotores que se prestem para o serviço de táxi. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, para que o mesmo determine à SANEPAR, a inclusão como obra prioritária a implantação do Sistema de Abastecimento de Água na localidade de Iratim, Município de General Carneiro. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Vera Agibert, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Pedro Reketo, ocorrido no dia 3 de junho do corrente ano, nesta Capital. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de aplauso pela passagem do 95.º aniversário do Município de Clevelândia. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo para que, através da Comissão Permanente de Organização e Divisão Judiciária, seja qualificado em Distrito Judiciário o Distrito Administrativo de São Marcos, no Município de São José dos Pinhais. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo seja qualificado em Distrito Judiciário o Distrito Administrativo de Borda do Campo de São Sebastião, no Município de São José dos Pinhais. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, visando a inclusão no orçamento do Estado, de verba exclusiva para a manutenção das oito moradias estudantis do Estado. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente da SUNAB, encarecendo agilização na liberação da portaria que estabelece o tabelamento dos preços dos produtos da cesta básica. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expe-

diente, solicitando voto de congratulações ao Senhor Presidente do BANESTADO, pela decisão de abrir as agências do referido Banco, às 10:00 horas da manhã. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Organização das Cooperativas do Paraná, pela realização do Encontro Paranaense de Cooperativismo de Crédito. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Presidente da Comissão de Sistematização da Constituinte e Relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, visando seja incluído nos trabalhos da atual Assembleia Nacional Constituinte a elaboração de sua própria Lei Orgânica, bem como demais propostas. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Diretoria da TV Sudoeste - Canal 7, no Município de Pato Branco. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Senhor diretor do DETRAN, visando a instalação de Posto de Psicotécnico no Município de Bandeirantes. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando envio de expediente aos Senhores Secretário de Política Habitacional e Diretor Presidente da COHAPAR, encarecendo a construção de cinquenta casas pelo Sistema Financeiro de Habitação, no Município de Itambaracá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Política Habitacional, viabilizando a construção de cinquenta casas, construídas pelo regime de mutirão, no Município de Itambaracá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, visando a ampliação do programa "Rodovias Rurais" a ser instalado no Município de Bandeirantes. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando transcrição nos

Anais da Casa, do ofício enviado pela Câmara Municipal de Bandeirantes. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria achase-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, com apoio do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário da Segurança Pública, encarecendo a criação de um módulo policial junto ao Colégio Positivo, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário da Educação, bem como ao Senhor Secretário do Esporte, visando o término da construção de quadra de Esportes da Escola Estadual Lourenço Ormenezzi, no Município de Bandeirantes. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando envio de expediente, aos Senhores Governador do Estado e Secretários da Educação e do Esporte, encarecendo uma reforma na quadra de esporte da Escola Nossa Senhora da Candelária, no Município de Bandeirantes. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretários da Educação e do Esporte, encarecendo a construção de uma quadra de esportes na Escola Estadual do Bairro Água da Boa Pastora, no Município de Bandeirantes. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando envio de expediente, aos Senhores Governador do Estado e Secretários da Educação e do Esporte, visando a construção de uma quadra de esportes na Escola Estadual do Bairro da Usina de Bandeirantes no Município de Bandeirantes. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo apoio financeiro para manutenção da Casa do Estudante Universitário, desta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo apoio financeiro para manutenção da Casa do Estudante Universitário, desta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora

Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Senhor Secretário da Política Habitacional, encarecendo a não aplicação do critério de "gatilho" para os aumentos das prestações da casa própria. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Senhor Secretário da Política Habitacional, visando estudos técnicos no conjunto habitacional "Dr. Milton Luiz Pereira", no Município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de repúdio e pesar pelo falecimento do Advogado Paulo Fontelles e demais crimes contra líderes sindicais e religiosos ligados à terra. Em discussão.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para discutir)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Está com a discussão adiada.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Apenas para justificar que o Deputado Nereu Carlos Massignan aprovou um voto semelhante e a Bancada do PMDB tomou posição contrária ao requerimento pelo conteúdo do mesmo, que diz que os crimes têm acontecido com o beneplácito da justiça, da polícia e do governo, coisa que não é verdade e a Assembleia não pode endossar, mas nos associamos ao voto de pesar pelo falecimento do advogado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Em votação. Deputados que aprovam permaneçam como estão. REJEITADO.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação para que o mesmo determine à TELEPAR, a instalação de um aparelho telefônico na Escola Estadual Dr. Prudente de Moraes, no Município de Paçandu. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Prefeito Municipal de Curitiba, encarecendo estudos para atender as reivindicações da comunidade do Jardim Colina Verde, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação enca-

recendo seja procedida a construção de uma unidade escolar no Conjunto Jardim Colina Verde, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Curitiba, encarecendo seja apreciado e envidado esforço para o atendimento do pleiteado pela Associação dos Moradores do Jardim Colina Verde. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Em face de já ter sido aprovado o requerimento transformando a Assembleia em Comissão Geral, a Mesa designa o Senhor Deputado Edmar Luiz Costa para opinar quanto à constitucionalidade e a legalidade e o Deputado Erondy Silvério quanto ao aspecto financeiro do Projeto de Lei n. 106/87.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo a instalação de uma Auditoria no DER e em seus distritos rodoviários para apurar as irregularidades denunciadas nos documentos em anexo. Rejeitado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja marcada para o dia 19 de agosto do corrente ano, às 15:00 horas, a Sessão Solene de outorga do título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Justino Araújo Vilela. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretário da Saúde, Superintendente Regional do INAMPS e Prefeito Municipal de Dois Vizinhos, encarecendo providências com relação ao documento reivindicatório do Sindicato dos Trabalhadores Rurais daquele Município. Rejeitado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Felinto, constante do expediente, solicitando informações à Presidência desta Casa, sobre divergências de valores pagos ao Senhor Deputado Pedro Tonelli e os demais Senhores Deputados. À Comissão Executiva, para analisar.

Encerrada a Ordem do Dia, em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lindolfo Júnior, inscrito.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê).

"Ocupo esta tribuna hoje, para solicitar a cooperação aos meus nobres pares, alguns veteranos deste Poder por várias

legislaturas e que já fizeram desta função suas profissões, outros, como eu, estreatantes neste poder, por sentir que quase sempre distorções são feitas, gerando na maioria das vezes desnecessárias polêmicas.

Em outra oportunidade citei nesta tribuna que trouxe para esta Casa todo calor da minha juventude, toda a dedicação da minha vida passada estudando para bem desempenhar a defesa da causa pública.

Quero crer que todos Deputados com assento nesta Casa sabem (porque eu, com quinze anos já sabia) que um Deputado ao ser eleito deve desempenhar três funções: primeiro, Legislar, segundo, Fiscalizar os atos do Executivo e, terceiro, Representar a comunidade que o elegeu.

Legislar é impossível face ao enfraquecimento do Legislativo, e com brigas, "picuinhas" e querelas jamais iremos fortalecê-lo.

Fiscalizar os atos do Executivo é papel de todos os Deputados ativos que estiverem preocupados em não passar para a História como "Vaquinhas de Presépio".

Quanto a representar a comunidade que nos elegeu, nobres colegas, aqui está o calcanhar de aquiles de todo Deputado, representar o Paraná implica em ouvir, analisar, auscultar as necessidades do povo para atender as reivindicações.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nas circunstâncias vividas neste plenário, diante dos últimos acontecimentos que abalaram este Legislativo, e das dificuldades inacreditáveis em que nos deparamos para o diálogo em Plenário, o dever de consciência obriga-me a tecer comentários, analisar situações, a proferir críticas construtivas e conseqüentemente apelar com veemência, para que nós, que ocupamos um assento nesta Casa, como representantes da sociedade, possamos alcançar o objetivo comum de desenvolver um trabalho útil que corresponda à confiança que o povo do Paraná depositou em nós.

Ilustres colegas, membros integrantes deste Poder Legislativo. Sem distinção de colaboração partidária, queremos e desejamos manifestar o desejo de que durante o nosso mandato seja sustentado um clima de entendimento e harmonia.

O nosso dever é pensar e agir sempre em função dos elevados interesses da sofrida população paranaense e espero que o espírito de colaboração seja a tônica reinante quando em jogo os interesses do nosso Paraná, do País e do povo.

Se nesta Assembléia Legislativa respiramos hoje o ar da democracia, devemos reconhecer que a luta do povo foi heróica, que muitos líderes tombaram na luta e que o ex-Presidente João Figueiredo, num gesto arrearsão às aspirações populares, ou

para entrar na História, decidiu que a abertura democrática se concretizasse. E esta abertura, ainda parcial, porque ainda temos um Presidente Biônico, eleito por um Colégio Eleitoral e não pelo povo, esta Abertura Democrática permitiu a reimplantação do Pluripartidarismo, com eleições diretas para governadores, Deputados, Vereadores e com garantia de posse aos eleitos sob as legendas partidárias da oposição.

E se o pluripartidarismo permitiu a eleição de Deputados de diferentes Partidos, é normal que nesta casa tenhamos representantes de grandes empresários, de radialistas, de militares, de estudantes, de usineiros, da U.D.R., das Mulheres, dos Agricultores e, por que não, também dos trabalhadores.

Reconhecemos que desde que a abertura democrática se concretizou, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro se conduziu com inteligência, habilidade e criatividade nas campanhas eleitorais, assessorado por consumados técnicos, remunerados com recursos financeiros amplos. Um sábio planejamento permitiu ao PMDB saborear os frutos da vitória, valendo-se de todas as formas imagináveis da promessa fácil, dos milagres irrealizáveis e da demagogia para atingir os objetivos eleitorais, a ponto até de atualmente ser considerado o maior partido do ocidente. Porém, por maior que seja, um partido político jamais será maior que a nação.

Reconhecemos que a alternância dos Partidos Políticos no Poder é uma prática salutar que legitima o regime democrático pela oportunidade de emergirem novas cabeças, com idéias novas e diferentes da situação parlamentar.

Contudo, a alternância do Poder não pode trair o povo crente que elegeu seus representantes. É necessário que nós, políticos eleitos, não destruamos a total credibilidade do povo, que descrente, frustrado, hoje diz não mais acreditar nas falácias eleitorais que não se efetivam na eficácia da ação, haja vista a última vaia sofrida pelo Governador Álvaro Dias em Maringá.

É importante e necessário que sem animosidades nos detenhamos para com humildade analisar a situação aflitiva e difícil em que vive o povo do Paraná.

O Governador Álvaro Dias e nós, Deputados deste Poder, devemos olhar para a gravidade da situação do País e do Paraná, onde a fome, a miséria e o desespero grassa e marcam as vidas pelo desespero do desemprego, pelo alto custo de vida e pelas violentas chuvas.

Violência gera violência, senhores. Revanchismo gera revanchismo. Com agressividade, intolerância política, egoísmo e

vaidade pessoal, nenhum homem público se engrandecerá. Até mesmo o próprio eu de cada um conseguirá automedir sua pequenez.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nesta hora difícil, em que se percebe que o Governo deste País está dividido entre José Sarney e Ulysses Guimarães, como se pode ver pelas notícias, entrevistas e pronunciamentos divulgados pelos meios de comunicação.

Nesta hora difícil em que o Governador Álvaro Dias descobre falcatruas aqui, mesmo no Estado e negociatas acolá nas Secretarias e órgãos do Estado, é preciso que o Governador saiba conduzir a nau com energia contra os corruptos e segurança contra os oportunistas neste mar de corrupção e saque, herdado da administração passada, porque não dizê-lo.

Nesta hora não cabem revanchismos nem represálias. É preciso que as mãos sejam dadas por oposição e situação para que não naufraguemos juntos no mar de lama, para que não entremos na história como omissos e coniventes.

A contribuição de todos será necessária, sob pena de comprometimento do próprio interesse do povo do Paraná, é o meu apelo aos nobres colegas.

Não temos dúvida que nesta Casa, alguns representantes do povo são capazes, experientes, competentes, dignos e honrados e bem intencionados na busca do melhor para o povo, mas há também as paixões políticas, o espírito revanchista e as perseguições contra os mais jovens, que muitas vezes agem impetuosamente no desejo de bem cumprir sua missão apelamos para que cessem os métodos agressivos, explosivos e prejudiciais ao próprio interesse do Estado.

Pensemos nos destinos do Paraná e do Povo. A alta taxa de inflação, a recessão econômica, o desemprego. Há desespero no meio rural, os agricultores já não conseguem pagar suas dívidas. O empobrecimento do povo é visível pela perda do poder aquisitivo, o arrocho salarial traz fome, angústia e miséria em todo o País que não é mais dono de si mesmo.

Ante esse quadro, quais são as nossas expectativas, quais nossas previsões?

Está no caminho certo o chefe da nação com suas medidas econômicas com esse arrocho salarial ao trabalhador? Não adiantam discursos inflamados ou agressivos, nem artigos nos Jornais, o que importa é a União Nacional, é a União dos Parlamentares para trabalharem pelo bem do povo.

Companheiros, temos que seguir uma estratégia da qual todos participem, cada qual no seu dia-a-dia, conscientes de que atravessamos uma época de crise, somemos o risco potencial.

A nossa conclamação construtiva ao Go-

vernador Álvaro Dias para que bem saiba comandar a sua equipe de trabalho, escolhendo homens capazes, honrados em todos os setores e que sejam homens de conhecimento e sensibilidade Humanística.

A nossa conclamação é extensiva; para que não haja discriminação à legendas adversárias, reclamamos igualdade de tratamento a todos os Parlamentares.

O respeito mútuo deve ser a tônica neste Plenário, numa recíproca verdadeira.

Se acontecer esse entrosamento, se houver conscientização dos problemas agudos que afligem a sociedade a partir do momento em que os interesses coletivos se sobrepunham aos interesses de indivíduos e de grupos, poderemos harmonicamente dialogar sobre os problemas do Paraná num ambiente democrático.

Ninguém se atreverá a combater os que com devotamento e Honestidade de propósito lutam pela causa do povo do Paraná.

É necessário que nos engajemos na luta contra o inimigo que está lá fora, onde campeia à solta a crise econômica.

Não dividamos forças, somemos esforços para o bem do povo; do povo que confiou em nossa capacidade parlamentar.

Sejamos patriotas, antes de tudo. O futuro do Paraná depende de nós, pelo Paraná todos nós somos responsáveis." (termina de ler).

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio)- Esta Presidência agradece as presenças neste Plenário dos Senhores Deputados Federais Basílio Vilani e Max Rosenmann, como também dos Vereadores de Santa Cruz de Monte Castelo, José Pedro, Presidente daquela Câmara e do Vereador Hélio Vasconcelos Júnior.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, no horário regimental, com a seguinte ordem do dia.

O SR. NESTOR BATISTA (Pela Ordem)- Senhor Presidente, consulto à Mesa, pois fui informado agora pelo proponente Deputado David Cheriegate, de que o requerimento de sua autoria solicitando a criação do Estado do Iguazu foi aprovado na tarde de hoje, nesta Casa.

Quero dizer a Vossa Excelência que no momento da votação, solicitei para que fosse colocado em discussão, motivo pelo qual me causa estranheza que o requerimento conste como aprovado na Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio)- Esta Mesa irá verificar o que ocorreu porque esta Presidência reconhece que foi solicitada o "para discutir" pelo próprio

Deputado.

Esta Presidência irá fazer a devida anotação, no requerimento.

O SR. NESTOR BAPTISTA - (Pela Ordem)-
Obrigado Senhor Presidente.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem)- Apenas para comunicar à Mesa e justificar a ausência amanhã dos Deputados que compõem a CPI do Porto, os quais se deslocarão a Paranaguá e não estarão presentes na sessão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio)- Esta Presidência agradece a sua atenção.

O SR. DAVID CHERIEGATE - Estranho a questão de ordem levantada pelo Deputado Nestor Baptista, porque estando presente à sessão, verifiquei a aprovação do meu requerimento com exceção do voto contrário do Deputado Nereu Carlos Massignan, requerimento onde peço uma moção de apoio ao movimento pela criação do Estado do Iguaçu.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência acata a sua solicitação, mas em virtude do já definido, o seu requerimento irá novamente à votação no dia de amanhã.

O SR. DAVID CHERIEGATE - Volto a insistir, Senhor Presidente.

O meu requerimento foi aprovado pelo Plenário desta Casa e não foi pedido para discutir no momento da aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência lamenta informar que ouviu a palavra do Deputado Nestor Baptista fazendo a solicitação para discutir. E esta Presidência ouviu depois da solicitação do mesmo que o Deputado Nereu Carlos Massignan teria dito, levantando-se, que era contrário.

O SR. DAVID CHERIEGATE - Senhor Presidente.

Volto a insistir que é uma matéria que foi aprovada pelo Plenário da Assembléia Legislativa. É um direito que o Deputado Nestor Baptista tem de se pronunciar contrário a este requerimento. Mas, o requerimento foi aprovado e isto deve constar das notas taquigráficas desta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio)- Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 23, à hora regimental com a seguinte

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n. 287/85, 270/86, 050/87.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 37/87.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 299/86, 06/87, 15/87, 16/87, 23/87, 38/87, 41/87, 65/87.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 91/87, 106/87.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO VALDERI MENDES VILELA, EM SESSÃO DO DIA 22 DE JUNHO DE 1987.

"Requer Providências à Federação Paranaense de Futebol".

Aparecido Ribeiro Richter.

CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

Requerimento n. 913/168/87

Assunto: REQUER PROVIDÊNCIAS À FEDERAÇÃO PARANAENSE DE FUTEBOL.

Autoria do Vereador: APARECIDO RIBEIRO RICHTER.

TEOR DO REQUERIMENTO

Senhor Presidente, Senhores Vereadores:

O Edil subscritor, na forma regimental REQUER que, após a oitiva do Douto Plenário, se digne oficial ao Senhor ONAIREVES ROLIM DE MOURA - DD. Presidente da Federação Paranaense de Futebol, na Av. V.F. de Amaral s/n., na Capital do Estado, solicitando que sua Senhoria tome enérgicas providências visando apurar responsabilidades relativas às verdadeiras aberrações ocorridas durante a partida de futebol disputada pela Sociedade Esportiva Matsubara e a equipe de Pato Branco, domingo p.p., na cidade de Cambará, pela 1.^a Divisão do Campeonato Paranaense de Futebol, cujo resultado, flagrante e acintosamente "pré-fabricado", ocasionou o descenso da equipe do UNIÃO BANDEIRANTES FUTEBOL CLUBE desta cidade para a 2.^a Divisão do Campeonato Paranaense.

A partida objeto do presente, desde o seu início foi pautada pela prática de irregularidades de todos os níveis, à começar pelo atraso de mais de trinta (30) minutos para o início do jogo.

A rede do Estádio Santana, que foi usada durante todo campeonato - de repente - apareceu "rasgada" segundo o árbitro e bandeirinhas.

Este já foi mais um pretexto para retardar o início do jogo. Depois de quase

ORDEM DO DIA:

30 (trinta) minutos, as duas equipes entraram com uniformes iguais: resultado: mais dez (10) minutos de atraso.

No decorrer da partida, o Senhor Rosaldo Goes dos Santos, travestido de árbitro de futebol, cometeu toda sorte de irregularidades possíveis e imagináveis, desprezando as regras mais mezinhas do "Foot-ball Association".

Coroou a sua "obra" por apitar um pênalti inexistente contra a equipe da Sociedade Esportiva Matsubara, no final da partida, o que não seria nenhuma novidade nos campos de futebol, a não ser pelo fato de que a penalidade máxima foi apontada aos 56 (cinquenta e seis)- pasmem - minutos do segundo tempo, encerrando a partida logo em seguida.

Ora, todos que assistiram àquela partida, inclusive jogadores, técnico e diretores do time da casa, são unânimes em afirmar que não houve motivo plausível que justificasse a prorrogação por mais treze (13) minutos além do tempo regulamentar.

Toda crônica esportiva do Paraná que lá esteve presente, é testemunha ocular, através de pronunciamentos radiofônicos, das verdadeiras barbaridades cometidas pelo Senhor Rosaldo Goes dos Santos.

O próprio jogador "Dico" do time da casa, através de entrevista concedida à reportagem da Rádio Cabiúna local, afirmou taxativamente que, no decorrer do jogo, o árbitro lhe avisara que a partida deveria terminar empatada...

Tudo isso não causaria maior revolta e espanto se não fosse pelo fato de que, naquele momento também transcorria o jogo União Bandeirantes Futebol Clube e Colorado Esporte Clube, na Capital do Estado, de cujo resultado também dependia o Pato Branco para sua permanência na 1.ª Divisão.

Com o atraso do jogo no interior, propositamente, teve condição aquele time, e especialmente o próprio Juiz, de ter conhecimento da derrota do time daqui para o Colorado pelo placar de 1 a 0.

Causa mais indignação ao autor, o fato de que até os 44 (quarenta e quatro) minutos do segundo tempo, o time do Matsubara ganhava do seu contendor pelo placar de 02 (dois) gols a zero. Aí já com jogo do União, definitivamente encerrado na capital...

Confiando na dignidade e na integridade dos dirigentes da entidade "mater" do futebol paranaense, sobretudo no seu alto senso de justiça e responsabilidade, no intuito de preservar os direitos do União Bandeirantes F. Clube, flagrante, acintosa e descaradamente violados pela irresponsabilidade do Juiz, tem convicção de que a realidade dos fatos virá à tona, com a apuração meticulosa dos acontecimentos,

culminando com a permanência da nossa equipe na 1.ª Divisão do Futebol Paranaense.

Outra situação inusitada e sintomática, é o caso do árbitro Rosaldo Goes dos Santos constantemente se dirigir à margem do campo, no decorrer da partida, para conversar não se sabe o que, com o árbitro reserva Antonio Salazar, por ele próprio indicado.

O próprio jornal "Folha de Londrina", edição de hoje (02/06), cujo exemplar segue incluso, estampa no seu Caderno de Esportes, manchete sobre o jogo, cuja reportagem atesta "in totum" os motivos aqui expendidos.

Requer, finalmente, que cópias do presente sejam encaminhadas à Associação dos Cronistas Esportivos do Paraná, na Praça Gen. Osório, 507, na Capital do Estado, à Rádio Cabiúna Ltda., local, e ao Senhor Serafim Meneghel - DD. Diretor Presidente do União B.F.C., para conhecimento, e ainda às Câmaras Municipais que compõem a AMUNOP - Microrregião 6, e aos Deputados Estaduais Hermas Eurídes Brandão e Valderi Mendes Vilela em busca de apoio à reivindicação.

P.Deferimento.

Bandeirantes, 02 de junho de 1987.

(a) APARECIDO RIBEIRO RICHTER

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO, COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA.

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA - 11.ª LEGISLATURA ATA DE INSTALAÇÃO

Aos dois dias do mês de março de hum mil novecentos e oitenta e sete, reuniu-se a Comissão de Terras, Imigração, Colonização e Reforma Agrária, para a sessão de instalação, com a presença dos Senhores Deputados titulares da Comissão. De acordo com o artigo 40 do Regimento Interno, sob a Presidência do Senhor Vice-Presidente da Comissão Executiva, Deputado Eduardo Baggio, após a verificação da existência de número legal, declarou abertos os trabalhos destinados à eleição do Presidente e Vice-Presidente. Foram indicados os nomes dos Senhores Deputados José Domingos Scarpellini, para Presidente e Valderi Mendes Vilela para Vice-Presidente, os quais foram eleitos por unanimidade. Na oportunidade, o Senhor Presidente designou a funcionária Angelina Garcia Pacheco, para exercer a função de Secretária da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, lavrei a presente Ata, que depois de aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Angelina Garcia Pacheco, Secretária da Comissão.

(aa) EDUARDO BAGGIO
Presidente
DAVID CHERIEGATE
VALDERI MENDES VILELA
HAROLDO RODRIGUES FERREIRA

LAURO LOBO ALCÂNTARA
PAULO FURIATTI
PAULINO DELAZERI
ANGELINA GARCIA PACHECO
Secretária.